PROTOCOLO GERAL

NUP 64044.006152/2023-97

ASSUNTO: Dispensa de Licitação nº 09

ANO: 2023

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC

INTERESSADO: 6º Batalhão de Engenharia de Construção.
.....
.....
.....

OBJETO: Dispensa de Licitação, para contratação de serviços de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas do segmento KM 165 ao KM 178 da BR-432 em Roraima.

CONTEÚDO: Processo contendo ____ folhas.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	RESP	ASS
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

DESTINO	DATA	RESP	ASS
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

6º BEC
FLS 1

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1ª Cia Esp E Cnst/1967)
BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR

PROJETO BÁSICO Nº 09/2023

NUP: 64044.006152/2023-97/Seç Tec/6º BEC

1. OBJETIVO

1.1. Estabelecer as diretrizes gerais para a contratação de empresa especializada para prestar serviço de

Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada, em caráter excepcional.

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Este projeto tem como objetivo estabelecer as atribuições da Contratada para com a Administração do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, o relacionamento entre as partes, a forma e a descrição detalhada dos serviços e dos produtos a serem utilizados.

3. OBJETO

3.1. O Objeto desta Contratação será dividido em três etapas:

SERVIÇO DE PREPARO, PLANTIO, ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DE MUDAS DO SEGMENTO KM 165 AO KM 178 DA BR-432 EM RORAIMA					
Ord	DESCRIÇÃO	Und	Qtd	**Preço Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
1	Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de 1000 mudas, com porcentual mínimo de 50% de origem nativa.	Sv	1	28.601,00	28.601,00

6º SEC
FLS 2

3.2. Os serviços citados ocorrerão no seguinte segmento: **DO KM 165 AO KM 178 DA BR-432, MUNICÍPIO DO CANTÁ, RORAIMA**, sendo executados da seguinte maneira:

3.2.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVOS

Será contratado o serviço de plantio de **1.000 mudas florestais** sendo no mínimo **50% de mudas** de origem **nativa** para a região de campinarana, com espaçamento 10 m x 10m.

3.2.2 DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

3.2.2.1 AÇÕES PRELIMINARES

Considerando-se a importância que os órgãos ambientais têm dado às Autorizações de Supressão de Vegetação – ASV e à regeneração do patrimônio biótico, como em áreas de empréstimos ou jazidas, a revegetação arbustiva e arbórea, em qualquer dos Programas Ambientais, consequentemente, desempenha a função de compensação ambiental, pelas perdas ocorridas no patrimônio biótico.

Portanto, julga-se oportuno apresentar a conceituação de regeneração vegetativa sob o aspecto arbóreo, fundamentada no processo de sucessão secundária. A auto-renovação da vegetação primitiva, em especial, na floresta tropical ocorre através do processo de sucessão secundária segundo KAGEYAMA et alii (1989), pela regeneração vegetativa das áreas degradadas, isso sendo possível, desde que haja disponibilidade de sementes de espécies pioneiras em bancos de sementes ou fontes de comércio de sementes na região.

O retorno da área à condição próxima à anterior, bem como a velocidade com que este processo pode ocorrer, depende de vários fatores, tais como, da intensidade e freqüência das perturbações sofridas, das condições atuais do sítio, das espécies e sua ordem de chegada nestes locais. Atualmente, nos processos de recomposição de povoamentos vegetais degradados ou perturbados, dois objetivos têm sido visados:

a) Recriar, na medida do possível, a vegetação que existia no local anteriormente aos distúrbios, tentando manter a estrutura e a composição de espécies originais, tendo-se como principal meta a manutenção da diversidade vegetal e animal características do hábitat;

b) Recompor a estrutura da vegetação, de forma a obter benefícios, tais como controle da erosão, fornecimento de alimento e abrigo para a fauna, o restabelecimento do regime hídrico e de nutrientes e a retenção de adubos e agrotóxicos (no caso de matas ciliares).

A recuperação, que é um processo lento, deve ser iniciada junto com o planejamento do projeto de exploração e finalizada após o término das obras, quando as relações entre os componentes bióticos e o ambiente apresentarem equilíbrio. Essa recuperação não deve atingir uma condição idêntica à existente antes da exploração, porém o que se pretende é a harmonização da paisagem com o meio circundante, buscando-se o enriquecimento da área degradada com uma composição florística de potencial paisagístico, adaptado às condições físicas do meio e atraente à fauna silvestre. A recuperação da área dar-se-á através da adoção de medidas a curto prazo.

3.2.2.2 Execução dos serviços:

A recuperação, que é um processo lento, deve ser iniciada junto com o planejamento do projeto de exploração e finalizada após o término das obras, quando as relações entre os opo-nentes bióticos e o ambiente apresentarem equilíbrio. Essa recuperação não deve atingir uma condição idêntica à existente antes da exploração, porém o que se pretende é a harmonização da paisagem com o meio circundante, buscando-se o enriquecimento da área degradada com uma composição florística de potencial paisagístico, adaptado às condições físicas do meio e atraente à fauna silvestre. A recuperação da área dar-se-á através da adoção de medidas a curto, médio e longo prazo.

Considerando-se as necessidades de modificação ou intensificação das medidas propos-tas, podem ser feitas intervenções no processo de recuperação, sempre no sentido de aprimorar a mitigação dos impactos.

Quando um aspecto natural é desejado com espécies nativas é indispensável que uma mistura de várias espécies seja plantada. Uma mistura de espécies resulta num revestimento mais estável no ponto de vista ecológico, com mais sucessos. Pelo menos 7 espécies devem ser plantadas distribuídas em 1.000 covas.

Atividades do plantio arbóreo:

- Seleção das espécies

As espécies eleitas para o plantio devem ser de adaptação comprovada no ambiente a que

e destinam. A relação das espécies vegetais arbóreas mais adaptadas aos objetivos mencionados acima.

- Tamanho das mudas

A altura das mudas de árvores para plantio deve ser de 0,30 até 0,80 m, devendo ter as mesmas, pelo menos, 90 dias dentro de um recipiente, como um saquinho de plástico perfurado. O tamanho dos recipientes varia em função do porte da muda, sendo no mínimo de de 0,10 m de diâmetro e 0,20 m de altura.

- Densidade do plantio

Uma cova para cada 100 m2 de área, ou seja, espaçamento de 10 x 10 metros, correspondendo ao plantio de 1.000 mudas distribuídas em 5,2 hectares.

- Preparação das covas e plantio

Cada cova dever ter o diâmetro mínimo 0,30 m e profundidade mínima 0,40 m, as quais podem ser escavadas mecanicamente com tratores ou microtratores. Cada cova deve ter a adubação mínima constituída por: 150 g de calcário por cova, 120 g de adubo químico fórmula 10-20-10 (NPK), mais 5% de enxofre (S) e micronutrientes (Zn e B) e 1000 g de adubo orgânico (torta de algodão, torta de mamona ou lixo industrializado e fermentado). A incorporação desses produtos no solo deve ser feita, no mínimo, 30 dias antes do plantio das mudas e com a mistura completa do adubo com o solo na cova. Manual de Vegetação Rodoviária 91 MT/DNIT/IPR, ou por técnicas com funções equivalentes aos citados acima e aprovados previamente pelo contratante.

- Remoção do recipiente, plantio da muda, compactação do solo em volta da muda.

Em seguida fazer uma leira de terra ao redor da cova, nas dimensões de 0,05 x 0,10 m.

- Irrigação

A irrigação da muda plantada deve ser feita com 5 litros de água por cova até o "pegamento da

muda", sendo aconselhável fazer o coveamento, as adubações e misturas em dias secos e fazer os plantios em dias úmidos, quando possível.

- Época do plantio

É aconselhável o plantio no período entre março e junho. Fora período aconselhado apenas após autorização da contratante .

- Cobertura vegetal da área

Se a área a ser revegetada não tiver nenhum revestimento vegetal de gramínea ou leguminosa em estado satisfatório, o mesmo deve ser executado de acordo com as especificações, antes das operações de plantio de árvores. Neste caso, as atividades necessárias à revegetação são as mesmas já descritas anteriormente com suas metodologias.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. O 6º Batalhão de Engenharia de Construção está constantemente empregado na execução de obras e serviços de engenharia, seja em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, assim como em Organizações Militares (OM);

4.2. A contratação do serviço tem por objetivo atender a necessidade de plantio de mudas como parte no processo de recuperação de jazida utilizada durante a execução da Obra de Pavimentação de 12,7 Km da BR-432 no município do Cantá-RR. Dessa forma é de extrema importância a execução desse serviço para conclusão do Projeto Executivo da Obra.

5. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação dos serviços pretendido com este processo foi estimada em **R$ 28.601,00** (vinte e oito mil seiscentos e um reais).

5.2. Nos preços deverão estar incluídos os serviços de aquisição das mudas, transporte, plantio, adubação e irrigação durante os 45 dias até a pega, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, impostos, fretes das amostras, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, sem custo adicional para o Órgão Gestor.

6. DO VALOR ESTIMADO

6.1. A realização de pesquisa de preços junto aos potenciais prestadores dos serviços demandados, a fim de justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado.

6.2. Entende-se que a contratação não está amparada, decisivamente no preço, mas o processo deve justificar o preço a ser aceito visando assegurar a legitimidade da contratação. Neste sentido, a justificativa do preço adota a compatibilidade do preço ajustado com o de mercado. Desse modo, para justificar o valor estimado, foi solicitado a apresentação dos preços praticados por empresas e/ou pessoas físicas que prestam o mesmo serviço.

7. DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

7.1. O desembolso para fazer face aos custos do referido serviço será feito em duas parcelas, mediante a conclusão das etapas do objeto a ser contratada assinada por responsável técnico, por meio de "atesto" pelo chefe da Fiscalização ou Fiscal de Contrato

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, nos termos da legislação vigente.

8.2. Disponibilizar os meios necessários para a execução do serviço.

8.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato nos termos do §1º do Artigo 65º da Lei nº 8.666/1993.

8.4. Designar preposto(s) para representar a Contratada perante o Contratante.

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução dos serviços, salvo quando o problema comprovadamente, ocorrer, por fator adverso ao contratado.

8.6. Apresentar ao Fiscal de Contrato, os documentos de cobrança, fatura que ateste os serviços que foram prestados, sob pena de suspensão do pagamento até o cumprimento desta exigência.

8.7. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas. Constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a contratada será advertida, por escrito, no sentido de que, em 10 (dez) dias corridos, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.8. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da prestação dos serviços objeto deste Contrato qualquer relação de emprego entre a União e os empregados que a Contratada fornecer para a execução dos serviços.

8.9. Informar o Contratante sobre descontos especiais oferecidos.

8.10. As faturas devem ser emitidas no nº do CNPJ do Contratante, conforme o CNPJ que estiver constando no contrato.

8.11. Não serão emitidas Notas de Empenho, não serão efetuados pagamentos e não será renovado o contrato, caso a Contratada se encontre com documentação obrigatória do SICAF vencida (Receita Federal, FGTS, INSS e outros previstos no Art. 27 da Lei nº 8.666/93).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.2. Fornecer apoio de alojamento, hospedagem, alimentação, transporte e pessoal exclusivamente no período da Coleta da amostras. Apoio esse será executado no Destacamento de Engenharia da Obra de Pavimentação da BR-432.

9.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

9.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no contrato firmado.

10. DA VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do termo de contrato.

11. DAS ALTERAÇÕES DO PREÇO

11.1. O valor da contratação a ser pago será fixo e irreajustável.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. Fraudar na execução do contrato;

12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Não mantiver a proposta.

12.2. Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa moratória de **0,0666%** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

12.2.3. Multa compensatória de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de **10% (dez por cento)** aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

6º BEC
FLS 9

12.3.1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

12.3.2. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

12.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer da conclusão de cada uma das etapas descritas no **OBJETO** deste projeto básico, com apresentação da Nota Fiscal, após atestado a conclusão de cada etapa do serviço contratado, sendo 50% do valor do serviço após o plantio e 50% após a pega das mudas constatadas pelo Fiscal de Contrato designado pelo 6º BEC.

13.2. O pagamento poderá ser sustado, caso ocorra inadimplemento das obrigações da contratada para com o 6º BEC e/ou erros ou vícios na fatura.

13.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de pagar multa, que por ventura lhe tenha sido aplicada.

6° BEC
FLS 10

13.4. As notas fiscais devem ser emitidas no nº do CNPJ do contratante, conforme o CNPJ que estiver constando na nota de empenho a que a nota fiscal se referir.

13.5. Não serão emitidas Notas de Empenho, não serão efetuados pagamentos e não será renovado o contrato, caso a Contratada se encontre com documentação obrigatória do SICAF vencida (Receita Federal, FGTS e INSS).

14. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Será especialmente designado um fiscal de contrato, por ato do Ordenador de Despesas para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, (art. 67 da Lei 8666/1993), este deverá atestar as notas fiscais e faturas correspondentes.

15. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

15.1. Os valores de referência representam o preço estimado pela empresa mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, envolvendo o mesmo objeto e serviço ou objeto e serviço similar e o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar, por contratação.

Boa Vista, RR, 21 de setembro de 2023.

TALLES RODRIGO SILVA ARAÚJO LUZ - **Maj**
Chefe da Seção Técnica do 6° BEC

6º BEC
FLS 11

Autorizo:

JON CRUZ VIANA DA SILVA – **TC**
Chefe da 4ª Seção do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

Aprovo em: 25/09/23

FILIPE GELELETE **BANDEIRA** ANTUNES– **TC**
Ordenador de Despesas Substituto do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

6º BEC
FLS 12

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1ª Cia Esp E Cnst/1967)
BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR

Estudo Técnico Preliminar 09/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 64044.006152/2023-97/Seç Tec/6º BEC

2. Descrição da necessidade

2.1.1 O 6° BEC além de suas missões clássicas de apoio ao combate em situação de guerra, atua em períodos de paz como pioneira, colaborando na solução de problemas de infraestrutura e no desenvolvimento, em particular, da região norte de nosso país. Sua sede localiza-se em Boa Vista- RR e é subordinado ao 2° Grupamento de Engenharia (com sede em Manaus- AM), por isso e por outros motivos, o 6° BEC vem executando historicamente não somente operações no hemisfério norte (atendendo Roraima, estado em que está localizado), mas também no hemisfério sul (atendendo as demandas do 2° Gpt E sobretudo para o estado do AM).

2.1.2 Diante disso destacamos no hemisfério Norte a Operação Cantá (Plano de Trabalho Nr 26.001.17.19.02.72.99) no município do Cantá-RR, que vem sendo executada desde o início de 2018, o 6° BEC realiza a implantação e a pavimentação de 12,5 km da Rdv BR-432. Esta operação consiste em uma obra de cooperação junto ao DNIT, bem como apoio à Operação Acolhida nos diversos abrigos que servem de apoio para os refugiados oriundos da Venezuela.

2.1.3 Diante da apresentação, verifica-se que a necessidade contratação de serviço técnico especializado **Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada**, a fim de sanar os passivos ambientais de uma jazida de material de aterro na Obra de implantação e pavimentação de 12,7 km de BR-432.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
6º Batalhão de Engenharia de Construção	Seção Técnica

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação será realizada a partir da declaração da empresa e/ou Pessoa Física afirmando que tem condições de realizar o serviço **Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada**, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho de Despesa pela empresa;

4.2. A empresa e/ou Pessoa Física deverá ter ciência e disponibilizar os meios previstos para execução do serviço.

4.3. Os licitantes deverão atentar-se pela descrição do item na tabela discricionária deste Estudo Técnico Preliminar - ETP:

4.4. Contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços **Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

SERVIÇO DE PREPARO, PLANTIO, ADUBAÇÃO E IRRIGAÇÃO DE MUDAS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA					
Ord	**DESCRIÇÃO**	**Unid**	**Qtd**	**Preço Unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
1	**Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada**	Sv	1	28.601,00	28.601,00
TOTAL					28.601,00

4.4.1 Execução dos serviços

A recuperação, que é um processo lento, deve ser iniciada junto com o planejamento do projeto de exploração e finalizada após o término das obras, quando as relações entre os oponentes bióticos e o ambiente apresentarem equilíbrio. Essa recuperação não deve atingir uma condição idêntica à existente antes da exploração, porém o que se pretende é a harmonização da paisagem com o meio circundante, buscando-se o enriquecimento da área degradada com uma composição florística de potencial paisagístico, adaptado às condições físicas do meio e atraente à fauna silvestre. A recuperação da área dar-se-á através da adoção de medidas a curto, médio e longo prazo.

Considerando-se as necessidades de modificação ou intensificação das medidas propostas, podem ser feitas intervenções no processo de recuperação, sempre no sentido de aprimorar a mitigação dos impactos.

Quando um aspecto natural é desejado com espécies nativas é indispensável que uma mistura de várias espécies seja plantada. Uma mistura de espécies resulta num revestimento mais estável no ponto de vista ecológico, com mais sucessos. Pelo menos 7 espécies devem ser plantadas distribuídas em 1.000 covas..

Atividades do plantio arbóreo

- Seleção das espécies

As espécies eleitas para o plantio devem ser de adaptação comprovada no ambiente a que se destinam. A relação das espécies vegetais arbóreas mais adaptadas aos objetivos mencionados acima.

- Tamanho das mudas

A altura das mudas de árvores para plantio deve ser de 0,30 até 0.80 m, devendo ter as mesmas, pelo

menos, 90 dias dentro de um recipiente, como um saquinho de plástico perfurado. O tamanho dos recipientes varia em função do porte da muda, sendo no mínimo de de 0,10 m de diâmetro e 0,20 m de altura.

- Densidade do plantio

Uma cova para cada 100 m2 de área, ou seja, espaçamento de 10 x 10 metros, correspondendo ao plantio de 1.000 mudas distribuídas em 5,2 hectares.

- Preparação das covas e plantio

Cada cova dever ter o diâmetro mínimo 0,30 m e profundidade mínima 0,40 m, as quais podem ser escavadas mecanicamente com tratores ou microtratores. Cada cova deve ter a adubação mínima constituída por: 150 g de calcário por cova, 120 g de adubo químico fórmula 10-20-10 (NPK), mais 5% de enxofre (S) e micronutrientes (Zn e B) e 1000 g de adubo orgânico (torta de algodão, torta de mamona ou lixo industrializado e fermentado). A incorporação desses produtos no solo deve ser feita conforme. Manual de Vegetação Rodoviária 91 MT/DNIT/IPR.

- Remoção do recipiente, plantio da muda, compactação do solo em volta da muda.

Em seguida fazer uma leira de terra ao redor da cova, nas dimensões de 0,05 x 0,10 m.

- Irrigação

A irrigação da muda plantada deve ser feita com 5 litros de água por cova até o "pegamento da muda", sendo aconselhável fazer o coveamento, as adubações e misturas em dias secos e fazer os plantios em dias úmidos, quando possível.

- Época do plantio

É aconselhável o plantio no período entre março e junho.

- Cobertura vegetal da área

Se a área a ser revegetada não tiver nenhum revestimento vegetal de gramínea ou leguminosa em estado satisfatório, o mesmo deve ser executado de acordo com as especificações, antes das operações de plantio de árvores. Neste caso, as atividades necessárias à revegetação são as mesmas já descritas anteriormente com suas metodologias

4.5. Fica estabelecido o início da contagem do prazo para execução dos serviços dos itens licitados, a partir do envio por fax ou e-mail da Ordem de Fornecimento com a nota de empenho assinada pelo Ordenador de Despesas do 6° Batalhão de Engenharia de Construção e Unidades Gestoras

participantes, através de fax ou e-mail da contratada e respectiva confirmação de recebimento, que deverá acusar o recebimento em até 48 horas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Observar-se o que prescreve a Instrução Normativa nº 73 (IN 73), de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

5.2. Para obter um preço vantajoso para a administração pública e por um preço praticado no mercado, evitando o fracasso na licitação, não sendo encontradas, no período de um ano, cotações dos serviços requeridos no endereço eletrônico *www.gov.br/paineldeprecos*, nem aquisições ou contratações similares de outros entes públicos, nem dados de mídia especializada, foi realizada pesquisas com fornecedores especializados conforme propostas e mapa comparativo anexos e, adotado o valor médio entre os preços pesquisados e o que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado;

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a realização de uma Dispensa que compreende na contratação **Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada**, para atender as necessidades do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, na qual, ao fim do processo licitatório, a empresa vencedora poderá ser acionada e realizar as devidas prestações de serviço.

6.2. O serviço a ser contratado não poderá ser desmembrado em outros serviços, visto que se perde a objetividade da contratação. Com isso, a licitação possui item único específico, não prejudicando a competitividade no certame;

6.3. A contratada deve:

6.3.1. Executar os serviços conforme especificações deste ETP, e demais exigências legais que constarão no Projeto Básico, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos específicos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas para atender melhor no serviço prestado;

6.3.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos

BEC FLS 16

sofridos;

6.3.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.3.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

6.3.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.3.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.3.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.3.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

6.3.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

6.3.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.3.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

6.3.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.3.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6º BEC FLS 17

6.3.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

6.3.19. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.

6.3.20. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

6.3.21. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

7.1. A regra desta dispensa de licitação vai ser de não parcelamento, tendo em vista que o 6º BEC deverá utilizar este processo apenas para a execução dos serviços.

8. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

8.1. Não há contratações correlatas com o objeto da compra pretendida.

9. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

9.1. Conforme o art. 18. Observado o disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, da Instrução Normativa Nº 1 de 10 de Janeiro de 2019.

10. Resultados Pretendidos

10.1. O resultado que se almeja a conseguir nesse certame é o melhor atendimento das empresas vencedoras, com um preço mais condizente com o que é cobrado na região;

10.2. Um serviço sem atrasos na execução, devendo primar pela qualidade e responsabilidade.

11. Providências a serem Adotadas

FLS 18

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contratação.

11.2. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. Possíveis Impactos Ambientais

12.1. A empresa deverá cumprir o que determina a Resolução do CONAMA 273/04, destacando seu artigo 8º:

> *Art. 8º Em caso de acidentes ou vazamentos que representem situações de perigo ao meio ambiente ou a pessoas, bem como na ocorrência de passivos ambientais, os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelo estabelecimento, pelos equipamentos, pelos sistemas e os fornecedores de combustível que abastecem ou abasteceram a unidade, responderão solidariamente, pela adoção de medidas para controle da situação emergencial, e para o saneamento das áreas impactadas, de acordo com as exigências formuladas pelo órgão ambiental licenciador".*

12.2 A empresa licitante deverá observar os critérios de Sustentabilidade Ambiental, obrigatoriamente preencher as todas as condições do DECRETO NR 7.746, DE 5 DE JUNHO DE 2012, que regulamenta o Art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, ficando sujeito à comprovação das práticas de Sustentabilidade Ambiental e segurança do material fornecido:

> *Art. 7º O instrumento convocatório poderá prever que o contratado adote práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados e critérios de sustentabilidade no fornecimento dos bens.*
>
> *Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.*
>
> *§ 1o Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o*

FLS 19

instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

13. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

14. Justificativa da Viabilidade

É viável essa contratação pois o 6º BEC, como bem colocado no iten acima, necessita do **Serviço de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas para recuperação de área degradada** para manter a qualidade dos serviços prestaos pelas Forças armadas no ambito do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

15. Responsáveis

TALLES RODRIGO SILVA ARAÚJO LUZ - **Maj**
Chefe da Seção Técnica do 6º BEC

PAULO DIEGO CAETANO RODRIGUES – **Svd Cv**
Auxiliar da Seção Técnica do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

6º BEC
FLS 20

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O objetivo da eventual contatação do serviço de **De Plantio de mudas para Recuperação de Área Degradada** em proveito do 6º Batalhão de Engenharia de Construção.

A presente Dispensa justifica-se uma vez que, a demanda é destinada para atender a conclusão da Execução dos serviços de Implantação e Pavimentação na Rodovia BR-432/RR, trecho: Entr. BR-174/201/RR (Novo Paraíso x Entr. BR-401/RR), subtrecho: Vila Central (km 167,60) x Município de Cantá (km 193,30), segmento: km 167.60 x km 180,30, extensão: 12,70 km.

A presente modalidade licitatória justifica-se, uma vez que, tais serviços podem ser selecionados, com base somente nos preços orçados, por serem comparáveis entre si, não necessitando de avaliação minuciosa (Licitações e Contratos – Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª Ed. Pág. 62). Os serviços, objeto deste certame, serão necessários para dar continuidade às atividades do 6º Batalhão de Engenharia de Construção.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar a presente Dispensa de Licitação, uma vez que além de atender os fins buscados por esta Administração, e por consequência o interesse público, também, preenchem os requisitos especificados no inciso I do Art. 24 da Lei 8.666/93,

Boa Vista, RR, 21 de setembro de 2023

FILIPE GELEETE **BANDEIRA** ANTUNES– **TC**
Ordenador de Despesas Substituto do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

6º BEC
FLS 21

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1ª Cia Esp E Cnst/1967)
BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo: 64044.006152/2023-97/Seç Tec/6° BEC

Assim como toda contratação, vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação, por meio de Contrato Administrativo.

Risco 01 – NÃO HAVER DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Dano			
Não cumprimento de todos os parâmetros para sanar os passivos ambientais da Obra de implantação e pavimentação da BR-432			
Ação Preventiva		**Responsável**	
-		-	
Ação de Contingência		**Responsável**	
-		-	
Risco 02 – ESPECIFICAÇÃO INSUFICIENTE PARA OS SERVIÇOS			
Probabilidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Dano			
Não cumprimento de todos os parâmetros para sanar os passivos ambientais da Obra de implantação e pavimentação da BR-432			
Ação Preventiva		**Responsável**	
Revisão de cada descrição dos itens e forma de prestação do serviço		Equipe de Planejamento da Contratação	
Ação de Contingência		**Responsável**	
Revisar legislação ambiental vigente e técnicas para o plantio de mudas na região demandada.		Equipe de Fiscalização	
Risco 03 – ATRASO NA CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO			
Probabilidade:	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
Dano			
Não cumprimento de todos os parâmetros para sanar os passivos ambientais da Obra de implantação e pavimentação da BR-432			

Ação Preventiva	Responsável
Maior contato com o(s) preposto(s) da empresa, possibilitando uma comunicação rápida e eficiente.	Fiscal Administrativo, Chefe da SALC e Equipe de Planejamento.
Ação de Contingência	**Responsável**
Elaborar rotina de acompanhamento do processo licitatório	Fiscal de Contrato

Risco 04 – RECURSOS ADMINISTRATIVOS PROCEDENTES			
Probabilidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta

Dano
Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário

Ação Preventiva	Responsável
Analisar com extensas diligências no certame, reduzindo o risco	Área técnica de análise de propostas
Ação de Contingência	**Responsável**
Analise junto à SALC quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas	Equipe de Fiscalização

Probabilidade de ocorrência	**Alta**	1, 2 e 3		
	Média		Risco 3 e 4	
	Baixa	Risco 1, 2 e 3		
		Baixo	**Médio**	**Alto**
		Gravidade/Impacto		

Boa Vista-RR, 21 de setembro de 2023

TALLES RODRIGO SILVA ARAÚJO LUZ- **Maj**
Chefe da Seção Técnica do 6° BEC

Ratifico:

Boa Vista-RR, 21 de setembro de 2023

JON Cruz Viana da Silva - TC
Chefia da 4ª Seção do 6º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
(1ª Cia Esp E Cnst/1967)
BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR

EMPRESA: 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC)
CNPJ: 07.534.932/0001-63
ENDEREÇO: Ene Garcez, 1037- Mecejana, Boa Vista/RR
CEP: 69.304-000
TELEFONE: (95) 4009-9906

MAPA COMPARATIVO DE SERVIÇO DELEVANTAMENTO FLORÍSTICO DOS REMANESCENTES DA FAIXA DE DOMÍNIO DO SEGMENTO KM 165,30 AO KM 178,00 DA BR-432 EM RORAIMA

LOCAL DO SERVIÇO: 6º Batalhão de Engenharia de Construção " Batalhão Simón Bolivar " Av. Capitão Ene Garcez, 1037 - Mecejana - Boa Vista - RR - CEP:69304-000

ITEM	DESCRIÇÃO	CatServ	UN	QDT	MAXIMINO DOS SANTOS & CIA LTDA ME 14.585.539/0001-64	MTGG Participações e Emprendimentos S/A 26.004.848/0002-63	Painel de Preços (Valor médio)	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de plantio de mudas para recuperação de area degradada com porcentagem mínima de 50% de origem nativa	15148	Sv	1	R$ 48.395,20	R$ 28.601,00	R$ 54.300,00	R$ 43.765,40	R$ 43.765,40
TOTAL									R$ 43.765,40

TALLES RODRIGO SILVA ARAÚJO LUZ - **Maj**
Chefe da Seção Técnica do 6º Batalhão de Engenharia de Construção

6º BEC
FLS 23

6º BEC
FLS 24

REV I - PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD

À EMPRESA 6° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO,
AOS CUIDADOS DO Sr. Diego,
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS, PRAD.

Proposta Técnica-Orçamentária para Participação na Cotação,
Dos Serviços de Plantio de Mudas e Manutenções.

MAX SERVIÇOS AMBIENTAIS;
Maximino dos Santos e Cia Ltda.

PROPOSTA Nº 124/2023,
21 de Setembro de 2023.

1. APRESENTAÇÃO

A MAX SERVIÇOS AMBIENTAIS, vem por meio desta apresentar À *6° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO;* proposta técnica e comercial, para os serviços de plantio de mudas com manutenção das áreas da Obra próxima a Vila Central do Município, onde receberão o plantio de 2.000,00 mudas com manutenções que irão abranger uma área de (aprox. 5,2 ha no total). Atividades, localizadas no município de Cantá, no estado do Roraima, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, considerando a manutenção do serviço. Este documento apresentará a empresa, corpo profissional e equipe, equipamentos, técnicas e metodologias para execução das atividades.

Nome ou razão social	MAXIMINO DOS SANTOS & CIA LTDA ME
Nome Fantasia	Max Serviços Ambientais
CNPJ	14.585.539/0001-64
Inscrição Estadual	[redacted]
Endereço	Rua EINSTEIN, n°658, CENTRO, MONTALVÂNIA-MG.
Contato	(38) 3614-1103/9.9859-4692
Registro no CREA	[redacted]
Registro IBAMA	
Licença Ambiental	
Responsável Técnico	Eng. Florestal Rodrigo Santos
Registro no CREA	01718/D

2. EQUIPE PRAD

Equipe Técnica;

(01) Engenheiro Florestal - Coordenador 10 anos de experiência;
(01) Engenheiro Ambiental – Supervisor de Campo **(residente);** 5 anos de experiência.

Equipe de apoio do PRAD;

(01) Encarregado – Técnico Ambiental;
(06) Serventes – Auxiliar Geral.

EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PRAD;

(01) Caminhonete S-10 4x4;
(01) Conjunto motor-bomba (estacionário)
(03) Roçadeira (Costal);
(03) Perfurador de solo-trado;
(01) Banheiro químico;
(01) Tenda.

3. ATIVIDADES

3.1 – PLANTIO DE MUDAS

Mobilização – Após aprovação da proposta, e dada a ordem de serviço a empresa iniciará com os trabalhos de mobilização de equipe, veículos, máquinas e equipamentos para o empreendimento, concomitantemente a esta atividade, ocorrerá a locação do imóvel para alojamento, depósito de materiais, escritório e sua estruturação no município utilizado para apoio.

Análise de Solo – A avaliação da disponibilidade de nutrientes será feita com base na análise de solos. O empreendimento será dividido em áreas contíguas de até 300m², desta forma alcançando uma melhor amplitude para a retirada das amostras. As amostras serão analisadas por um laboratório credenciado ao MAPA, e somente depois dessa análise e a interpretação dos resultados será possível realizar manejo químico, possibilitando o desenvolvimento de um programa de correção e adubação do plantio.

Roçada Prévia – A roçada será aplicada nas áreas que receberão o plantio, é utilizada com medida para eliminar as ervas daninhas e gramíneas, evitando-se a "mato-competição". O material vegetal proveniente das roçadas será utilizado na cobertura do solo. Esta atividade será realizada de duas formas; manual com uso de foice, sendo o trabalhador trajado de EPI's, também mecanizada com o uso de roçadeira costais mecanizadas.

Controle de Formigas – Para o controle de formigas pretende-se efetuar várias aplicações de formicida granuladas com certificação da ANViSA, pré e pós-plantio. Esta será uma das primeiras atividades a ser realizada em campo. A priorização desta atividade se dá para que o controle seja maximizado quando o plantio for iniciado. Será utilizada a aplicação localizada de formicida a base de sulfluramida. Para a área de terra solta, será efetuado o seguinte procedimento: aplicação de 20 gramas de isca granulada comercial por metro quadrado de formigueiro de saúvas (*Atta spp.*) e quenquéns (*Acromyrmex spp.*), podendo esta dose ser de 30 gramas/m² quando a intensidade de infestação for maior.

Marcação das Covas – A atividade de marcação de cova será feita concomitante ao combate de formigas. Para definir a marcação será utilizado o nível de mangueira, afim de estabelecer as linhas de plantio que, de acordo com o espaçamento utilizado serão distanciadas 3 metros entre linhas e 2 metros entre plantas. Para marcação em campo destas linhas de plantio serão utilizadas estacas de gabarito.

Abertura das Covas – A atividade de coveamento é feita posteriormente a atividade de marcação de covas. Possui este objetivo criar o primeiro ambiente para o preparo das covas para o posterior plantio. Cada cova possui as dimensões de 40 cm de diâmetro por 40 de profundidade, caso o solo da área seja muito raso, pedregoso ou seco, as dimensões da cova será de até 40 cm de diâmetro por 40 de profundidade. Após a abertura da cova é feita a homogeneização do material retirado da cova com os insumos (adubo orgânico e adubo químico), é recomendando que se faça a adequação do material retirado da cova evitando assim o escoamento superficial do solo.

Correção e Adubação de Solo – Será realizada adubação nas áreas, previamente aos plantios, além da adubação química feita com produtos NPK, também à adubação orgânica com objetivo de complementação da melhoria dos solos que sofreram interferência. A correção do solo será feita com 150g de calcário. O NPK, adubo formado pela mistura de nitrogênio, fósforo e potássio serão nutrientes vitais ao desenvolvimento das plantas. A formulação será 04-30-10 +5% de S+micronutrientes (Zinco e Bório); 1000g de adubo orgânico, que será agregado ao solo são os recomendados para aquela área.

Aplicação de Hidrogel – Serão aplicados nas mudas o gel retentor de umidade, 500 a 1000 ml por cova, esta alternativa tem capacidade de retenção de água, podendo reter centenas de vezes seu próprio peso, agindo como uma reserva de água para as mudas, tornando-a , disponível de acordo com a necessidade, reduzindo o stress hídrico, os efeitos da estiagem e a mortalidade das mudas.

Aquisição de Mudas – Serão adquiridas mudas de espécie Lucuri num total de 2.000 (Duas mil e) com acréscimo de 10% referente a percas decorrentes do transporte, armazenamento, sanidade e mortalidade em campo. Todas as espécies utilizadas neste projeto serão adquiridas em viveiros comercias do bioma caatinga. A comercialização/contrato ocorrerá somente em viveiros devidamente licenciados, certificados e com registros no RENASEM habilitados para exercer as atividades de: armazenador de sementes, beneficiador de sementes, comerciante de sementes e mudas, produtor de sementes, produtor de mudas, de forma que esta empresa se compromete a entregar todos os indivíduos com procedência.

Plantio de Mudas – Serão plantadas espécies nativas, as mudas serão retiradas cuidadosamente das embalagens, sem desagregar o torrão ou substrato que envolve o sistema radicular. As espécies que puderem habitar o mesmo ambiente serão distribuídas aleatoriamente, evitando a formação de agrupamentos monoespecíficos. As mudas serão plantadas de tal maneira que o colo das plantas fique no mesmo nível do solo, preenchendo com a terra misturada ao adubo e compactando-se os espaços vazios ao redor do torrão. As mudas são de excelente qualidade, com garantia de sobrevivência de pelo menos 100% do quantitativo. Na oportunidade do plantio, utilizar-se-á a biomassa vegetal das herbáceas aparadas para envolvimento das covas, criando-se condições para minimizar os efeitos das altas temperaturas e a falta de água sobre as mudas. O excesso da terra retirado da cova, agora ocupada com a muda, será espalhado num raio de aproximadamente 30 cm formando uma bacia (coroamento) e propiciando, assim, o maior armazenamento das águas das chuvas. O plantio ocorrerá de acordo com o cronograma determinado pela contratante.

Tutoramento – O tutoramento das mudas com estacas de bambu será feito em todos os indivíduos plantados no PRAD, as estacas de bambu terá 1,00 metro de comprimento, sendo 30 cm cravados no terreno, esta técnica tem a finalidade de protege-los dos fortes ventos, animais e contatos involuntários dos próprios colaboradores durante a execução dos serviços, além de propor uma melhor visualização das mudas nos trabalhos de roçada. A amarração das mudas será feita com fios de sisal, em forma de um "oito" amarrado no tutor e livre no caule da muda. As mudas com copas exageradamente desenvolvidas será podadas após o plantio, de forma a direcionar o desenvolvimento estrutural da parte aérea e diminuir a perda de água por transpiração, até que as raízes garantam a absorção ideal.

Replantio – Sempre que solicitado pelo cliente, ou após avaliação das áreas, será realizada análise sobre os individuos plantados com a finalidade de avaliar quanto ao desenvolvimento, sanidade, mortandande, falhas; às que apresentarem estes sintomas serão substituidas.

Adubações Complementares/Cobertura – É um reforço necessário para a consolidação da área (cobertura total da superfície plantada), basicamente esta adubação é uma injeção de nutrientes pós o plantio, com uma camada de composto orgânico ou serragem curtida de cinco a dez cm de espessura em cada coroa de muda, esta camada permitirá uma regulação da temperatura e umidade do solo na coroa da muda, além de fornecer nutrientes durante a sua decomposição, estimulando a continuidade do desenvolvimento da planta e produção de massa foliar. Estes serviços ocorrerão em duas etapas, a primeira pós plantio e a segunda etapa no último mês de manutenção.

3.2 – MANUTENÇÕES

Capina/Coroamento e Limpeza – Após o plantio, com uso de insumos como formicida e adubos que proporcionam o crescimento das mudas, ocorre naturalmente o crescimento de espécies invasoras na área. Estas brotam com maior incidência, uma vez que os insumos distribuídos para as mudas estão disponíveis para estas espécies também, para combater esta competição iremos controlar manualmente através de constantes capinas, coroamento de mudas e as limpezas da área. O coroamento é realizado num raio de 0,50 cm do caule da planta, devendo ser realizado a manutenção a cada dois meses para que o mesmo atenda aos seus objetivos de acúmulo de água nas proximidades das mudas.

Destinação de Resíduos – Os resíduos provenientes das atividades, sejam eles restos vegetais, solo, embalagens de inseticidas, adubo químico ou lixo comum, serão recolhidos de forma rotineira, pontualmente nas áreas onde se localizam as frentes de trabalho. Os resíduos oriundos destas atividades serão de responsabilidade da contratada e serão destinados nos locais apropriados obedecendo a legislação pertinente.

Relatórios – Emissão de relatórios mensais contemplando todas as atividades desenvolvidas no período de plantio, que ocorrerá aproximadamente em 30 dias, e posteriormente os relatórios de manutenção; atividades que serão pelo período de 6 meses, detalhadamente de cada área objeto do projeto, juntamente com uma planilha mensal de acompanhamento do desenvolvimento das mudas plantadas.

Monitoramento – Monitoramento do PRAD por um período de 120 dias, com a produção/emissão de relatórios mensais contemplando todas as atividades desenvolvidas no monitoramento; que abrangem a execução de reposições de mudas mortas, ou com má desenvolvimento, ressemeaduras, irrigação, adubações, tratos culturais e fitossanitários. As atividades do monitoramento, consistem em campanhas mensais ou de acordo com as demandas da contratante.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

CONTRATADA:

Todos os custos diretos e indiretos para execução dos serviços estão inclusos nesta proposta, bem como:

Assistência Técnica: Todo o processo terá a assistência direta de Engenheiro Florestal, especialista em revegetação de áreas degradadas e uso de técnicas de Bioengenharia de Solos, além do técnico ambiental; encarregado pelo campo.

Garantia: Garantia de 12 meses sobre a cobertura vegetal consolidada. Os serviços executados por nossa empresa, contam com total satisfação do cliente às técnicas aplicadas, será emitida ART, afim que se evidencie legalmente que serão cumpridas todas as garantias. Para áreas de superfícies rochosas, solos de 2ª categoria, solos que não apresentem nenhuma condição para desenvolvimento de vegetação, não oferecemos cobertura vegetal integral, sendo estes passíveis de vistoria e análise para parecer.

Responsabilidades: Neste preço estão englobados todos os itens discriminados nesta proposta, além dos custos para execução da obra (mobilização da equipe, hospedagem, combustível, translado dos colaboradores, transportes de materiais, equipamentos e veículos utilizados no plantio, manutenções, encargos sociais, honorários.

CONTRATANTE:

Frentes de Serviço: A partir da mobilização, que a contratada tenha frentes de serviço liberadas para execução, de modo a não permitir que a mesma fique com sua equipe subempregada no empreendimento.

Ponto de Captação de Água: É necessário que a contratante disponibilize à contratada um poço outorgado para abastecimento de água para a realização dos serviços.

5. PROPOSTA COMERCIAL

Abaixo apresentamos a planilha orçamentária das atividades a serem realizadas no empreedimento durante a execução dos serviços;

Contemplam – Fornecimento de Insumos e Serviços				
SERVIÇO	UND	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
Mobilização e Desmobilização	Vb	1,00	R$ 10.000,00	R$ 10.000,00
Serviços Prévios (Preparo e análise de solo)	Ha	5,20	R$ 3.126,00	R$ 16.255,20
Fornecimento de Mudas	Und	1.000,00	R$ 9,90	R$ 9.900,00
Aberturas de Covas do Plantio de Mudas	Und	1.000,00	R$ 6,34	R$ 6.340,00
Plantio de Mudas Nativas	Und	1.000,00	R$ 5,90	R$ 5.900,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS E MANUTENÇÕES				R$ 48.395,20

[redacted]

6° BEC
Fls. 29

PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS – PRAD

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTO S/A

Proposta Técnica-Orçamentária para Cotação,
Dos Serviços de Plantio de Mudas e Manutenções

À EMPRESA 6° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
APRESENTAÇÃO

Rua Dom Aparecido José Dias, 3100, Cidade Satélite
Boa Vista/RR – Brasil. Cep. 69.317-488
Tel/fax: (+55)

6° BEC
FLS. 30

A MTGG Participações e Emprrendimentos S/A, inscrita no CNPJ nº 26.004.848/0002-63, vem por meio desta apresentar À 6° BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO; proposta técnica e comercial, para os serviços de plantio de mudas com manutenção das áreas da Obra próxima a Vila Central do Município de Cantá - RR, onde receberão o plantio de 1.000,00 mudas com manutenções que irão abranger uma área de (aprox. 5,2 ha no total). Atividades, localizadas no município de Cantá, no estado do Roraima, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, considerando a manutenção do serviço. Este documento apresentará a empresa, corpo profissional e equipe, equipamentos, técnicas e metodologias para execução das atividades.

EQUIPE PRAD

Equipe Técnica;
(01) Engenheiro Florestal

Equipe de apoio do PRAD;
(01) Encarregado;
(09) Serventes – Auxiliar Geral.

EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PRAD;

(01) Caminhonete Hilux 4x4;

(01) Trator 110 CV;

(01) Subsolador;

(01) Tanque pipa 10.000 L;

(01) Banheiro químico;

(01) Tenda.

Rua Dom Aparecido José Dias, 3100, Cidade Satélite
Boa Vista/RR – Brasil. Cep. 69.317-488
Tel/fax: (+55)

6º BEC FLS 31

ATIVIDADES

PLANTIO DE MUDAS

Mobilização – Após aprovação da proposta, e dada a ordem de serviço a empresa iniciará com os trabalhos de mobilização de equipe, veículos, máquinas e equipamentos para o empreendimento, concomitantemente a esta atividade, ocorrerá a locação do imóvel para alojamento, depósito de materiais, escritório e sua estruturação no município utilizado para apoio.

Controle de Formigas – Para o controle de formigas pretende-se efetuar várias aplicações de formicida granuladas com certificação da ANVISA, pré e pósplantio. Esta será uma das primeiras atividades a ser realizada em campo. A priorização desta atividade se dá para que o controle seja maximizado quando o plantio for iniciado. Será utilizada a aplicação localizada de formicida a base de sulfluramida. Para a área de terra solta, será efetuado o seguinte procedimento: aplicação de 20 gramas de isca granulada comercial por metro quadrado de formigueiro de saúvas (Atta spp.) e quenquéns (Acromyrmex spp.), podendo esta dose ser de 30 gramas/m² quando a intensidade de infestação for maior.

Marcação e abertura das Covas – A atividade de marcação e abertura de cova será feito com auxilio do trator com GPS, acoplado com o implemento subsololador. Toda a atividade será realizada com o auxilio do GPS acoplado ao trator, afim de estabelecer as linhas de plantio que, de acordo com o espaçamento utilizado serão distanciadas 5 metros entre linhas e 5 metros entre plantas. O subsolador é um implemento agricola contendo 01 disco para corte das raízes, 01 haste para realização da subsolagem com uma penetração de 70 cm. O subsolador contém um reservatório para o adubo que será introduzido no solo, com capacidade máxima para 1.300T de adubo. A quantidade de adubo aplicada no solo é de 200kg/ha de superfosfato simple.

Correção e Adubação de Solo – Será realizada adubação nas áreas, previamente aos plantios, além da adubação química de cobertura feita com produtos NPK, aplicando 50 gramas de NPK formulação 10-10-10 por planta. O NPK, adubo formado pela mistura de

BEC FLS 32

nitrogênio, fósforo e potássio serão nutrientes vitais ao desenvolvimento das plantas. A correção do solo será feita com 5.3 toneladas de calcário, será aplicado em toda a área de plantio.

Aquisição de Mudas – Serão adquiridas mudas exóticas da espécie Khaya senegalensis (Mogno Africano) total de 500 (quinhentas) com acréscimo de 10% referente a percas decorrentes do transporte, armazenamento, sanidade e mortalidade em campo.

Plantio de Mudas – Serão plantadas espécies 500 (quinhetas) mudas exóticas e 500 (quinhentas) mudas nativas, as mudas serão retiradas cuidadosamente das embalagens, sem desagregar o torrão ou substrato que envolve o sistema radicular. As mudas serão plantadas de tal maneira que o colo das plantas fique no mesmo nível do solo, preenchendo com a terra misturada ao adubo e compactando-se os espaços vazios ao redor do torrão. As mudas são de excelente qualidade, com garantia de sobrevivência de pelo menos 100% do quantitativo.

Replantio – O replantio é realizano até 30 dias após o plantio, vai ser feita uma avaliação das áreas, onde será realizada análise sobre os individuos plantados com a finalidade de avaliar quanto ao desenvolvimento, sanidade, mortalidade, falhas; às que apresentarem estes sintomas serão substituidas.

Capina/Coroamento e Limpeza – Após o plantio, para combater o matocompetição iremos controlar manualmente através de constantes capinas, coroamento de mudas e as limpezas da área. O coroamento é realizado num raio de 0,50 cm do caule da planta.

PROPOSTA COMERCIAL

Abaixo apresentamos a planilha orçamentária das atividades a serem realizadas no empreedimento durante a execução dos serviços;

6º BEC Fls 33

Planilha Orçamento - 6º BEC					
Item	Descrição	Un	Qant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Fornecimento e Plantio de mudas com percental mínimo de 50% de origem nativa.	mudas	1.000	R$ 15,00	R$ 15.000,00
3	Calcario	Ton.	5,3	R$ 550,00	R$ 2.915,00
4	Adubo Fosfatado	Ton.	1,06	R$ 4,50	R$ 4.536,00
5	Adubo NPK	Kg	100	R$ 4,90	R$ 500,00
6	Transporte Trator, subsolador, adubos e mudas	Un.	1	R$ 2.600,00	R$ 2.600,00
7	Transporte funcionarios	Un.	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
8	Diesel	L	120	R$ 6,00	R$ 720,00
9	Diaristas	Un.	10	R$ 100,00	R$ 1.000,00
10	Almoço	Un.	15	R$ 22,00	R$ 330,00
Custo Total					R$ 28.601,00

Boa Vista – RR, 03 de outubro de 2023.

[redacted]

Reponsável Técnico
Fernando L. M. Scherer
Eng. Florestal [redacted]

[redacted]

MTGG Participações e Empreendimentos S/A

Rua Dom Aparecido José Dias, 3100, Cidade Satélite
Boa Vista/RR – Brasil. Cep. 69.317-488
Tel/fax: (+55)

6º BEC FLS 34

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R$ 51,45	**R$ 54,30**	**R$ 25**

Quantidade total de registros: 14
Registros apresentados: 1 a 14

FILTROS APLICADOS

Descrição	Ano da Compra
AGRICULTURA - PREPARACAO / PLANTIO / COLHEITA, PLANTIO DE ARVORE	**2023, 2022**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00135/2022
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: Necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio técnico de plantio diverso, para atender as demandas deste Estabelecimento de Ensino.
Quantidade Ofertada: 30
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 25
Código do CATMAT: 15954
Descrição do Item: AGRICULTURA - PREPARACAO / PLANTIO / COLHEITA
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 18/11/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: AIRTON VENDRUSCOLO
CNPJ/CPF: 02812445000100
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160531 - ESCOLA DE APERFEICOAMENTO DE SARGENTOS
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: -

6º BEC FLS 35

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00098/2022
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e plantio de mudas de árvores em áreas públicas deste município
Quantidade Ofertada: 625
Valor Proposto Unitário: R$ 35
Valor Unitário do Item: R$ 34,88
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 12/04/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SITIO MORRINHOS LTDA
CNPJ/CPF: 20884020000180
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA/PR
Órgão: PREFEITURA DE APUCARANA - PR
Órgão Superior: -

6º BEC
FLS 36

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00022/2022
Número do Item: 00009
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de poda/retirada de árvores, extração de tocos com recolhimento e destinação dos resíduos, plantio de mudas de árvores e Fornecimento de terra vegetal adubada para atender as necessidades do Centro de Instrução Almirante Alexandrino e Participantes.
Quantidade Ofertada: 1.500
Valor Proposto Unitário: R$ 34,9
Valor Unitário do Item: R$ 34,9
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 10/10/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ROMANO VERDE ENGENHARIA, PAISAGISMO E URBANISMO LTDA
CNPJ/CPF: 00666544000197
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 762600 - CENTRO DE INSTRUCAO ALMIRANTE ALEXANDRINO
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -

BEC
FLS 37

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00098/2022
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e plantio de mudas de árvores em áreas públicas deste município
Quantidade Ofertada: 1.875
Valor Proposto Unitário: R$ 35
Valor Unitário do Item: R$ 34,98
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 12/04/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SITIO MORRINHOS LTDA
CNPJ/CPF: 20884020000180
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA/PR
Órgão: PREFEITURA DE APUCARANA - PR
Órgão Superior: -

6º BEC
FLS 38

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00015/2023
Número do Item: 00005
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviços comuns de: limpeza manual de logradouros púbicos, poda de árvores, e manutenção de praças, todos com materiais inclusos, a fim de atender as demandas do Município de Ibirapitanga BA.
Quantidade Ofertada: 200
Valor Proposto Unitário: R$ 103,6
Valor Unitário do Item: R$ 47,5
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 16/06/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SOUZA & LUZ COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 40394711000102
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983555 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAPITANGA
Órgão: ESTADO DA BAHIA
Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

BEC
FLS 39

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00006/2023
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plantio de mudas de árvores e gramas para arborização de ruas, avenidas, praças e prédios públicos do município de sabáudia.
Quantidade Ofertada: 100
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 50
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 26/05/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: VALDECI RAFAEL VIDOTTO GONCALVES LTDA
CNPJ/CPF: 16730986000195
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987831 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SABAUDIA - PR
Órgão: PREFEITURA DE SABAUDIA - PR
Órgão Superior: -

BEC
FLS 40

RESULTADO 7

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00007/2022
Número do Item: 00260
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, a fim de atender as necessidades de manutenções e reparos nas diversas áreas do complexo do Comando do 1¨ Distrito e do Hotel de Transito da Marinha do Rio de Janeiro.
Quantidade Ofertada: 200
Valor Proposto Unitário: R$ 0,01
Valor Unitário do Item: R$ 53,6
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 28/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: FORCA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 19858341000120
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 781000 - COMANDO DO 1.DISTRITO NAVAL
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -

6º BEC FLS 41

RESULTADO 8

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00135/2022
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviço de apoio técnico de plantio diverso, para atender as demandas deste Estabelecimento de Ensino.
Quantidade Ofertada: 30
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 55
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 18/11/2022

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: AIRTON VENDRUSCOLO
CNPJ/CPF: 02812445000100
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160531 - ESCOLA DE APERFEICOAMENTO DE SARGENTOS
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: -

6º BEC
FLS 42

RESULTADO 9

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00002/2023
Número do Item: 00003
Objeto da Compra: Contratação do serviço de supressão vegetal na Agência da Receita Federal em Santa Rita (ARF/SRT), compreendendo o corte, poda e plantio de árvores, conforme Autorização de Supressão Vegetal no 0022/2022 da Prefeitura de Santa Rita, A ARF/SRT fica localizada na rua Virginio Veloso Borges, 252, Bairro Jardim Miritânia, Santa Rita/PB. Telefone:(83) 3229-1779
Quantidade Ofertada: 12
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 60
Código do CATMAT: 15954
Descrição do Item: AGRICULTURA - PREPARACAO / PLANTIO / COLHEITA
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 29/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ECOFORTE - ARBORIZACAO URBANA E PAISAGISMO LTDA
CNPJ/CPF: 05958827000126
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 170052 - MF/DRF-DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL/PB
Órgão: MINISTERIO DA FAZENDA
Órgão Superior: PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRES

6º BEC
FLS 43

RESULTADO 10

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00021/2022
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços comuns de engenharia, com fornecimento de mão de obra especializada e materiais, por demanda, visando à manutenção predial do Centro Audiovisual de Goiânia (CAUD) e Centro Cultural Ikuiapá (CCI), conforme quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
Quantidade Ofertada: 5
Valor Proposto Unitário: R$ 60,58
Valor Unitário do Item: R$ 60,58
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 28/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CLEDENIR ALVES DA SILVA - SERVICOS ELETRICOS
CNPJ/CPF: 35230250000100
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 194022 - MUSEU DO ÍNDIO - RJ
Órgão: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
Órgão Superior: -

BEC
FLS 44

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00098/2022
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e plantio de mudas de árvores em áreas públicas deste município
Quantidade Ofertada: 1.875
Valor Proposto Unitário: R$ 63
Valor Unitário do Item: R$ 62,73
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 12/04/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SITIO MORRINHOS LTDA
CNPJ/CPF: 20884020000180
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA/PR
Órgão: PREFEITURA DE APUCARANA - PR
Órgão Superior: -

FLS 45

RESULTADO 12

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00098/2022
Número do Item: 00004
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento e plantio de mudas de árvores em áreas públicas deste município
Quantidade Ofertada: 625
Valor Proposto Unitário: R$ 63
Valor Unitário do Item: R$ 62,88
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 12/04/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SITIO MORRINHOS LTDA
CNPJ/CPF: 20884020000180
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 987425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA/PR
Órgão: PREFEITURA DE APUCARANA - PR
Órgão Superior: -

BEC
FLS 46

RESULTADO 13

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00016/2022
Número do Item: 00119
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviço com fornecimento de material e mão de obra, a serem realizados na manutenção e reformas das estruturas da Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE), Capitania dos Portos do Ceará (CPCE) e dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR), compreendendo: serviços preliminares, concreto, alvenaria, revestimentos, instalações hidrossanitárias, telhado, forro, pintura, esquadrias, instalações elétricas, carga, transporte e paisagismo
Quantidade Ofertada: 100
Valor Proposto Unitário: R$ 88,34
Valor Unitário do Item: R$ 66,26
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Marca:
Data do Resultado: 28/02/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: FORCA ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 19858341000120
Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 783601 - ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO CEARA
Órgão: COMANDO DA MARINHA
Órgão Superior: -

6º BEC
FLS 47

RESULTADO 14

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00255/2023
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Plantio de Ipê-amarelo (handroanthus pulcherrimus), com no mínimo 1,5m de altura, no Foro Trabalhista de Novo Hamburgo, sito à Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio nº 400, incluindo o fornecimento de mudas e dos insumos necessários, totalizando 13 (treze) unidades.
Quantidade Ofertada: 13
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: R$ 72
Código do CATMAT: 15148
Descrição do Item: PLANTIO DE ARVORE
Descrição Complementar:
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Marca:
Data do Resultado: 16/05/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: JOAO CARLOS LOF
CNPJ/CPF: 17155457000178
Porte do Fornecedor: Não Informado

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 080014 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A.REGIAO
Órgão: JUSTICA DO TRABALHO
Órgão Superior: JUSTICA DO TRABALHO

6º BEC
FLS 48

MINUTA DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO SIMÓN BOLÍVAR)

Contrato nº XX/2023
NUP 64044.006152/2023-97

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2023, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO E A EMPRESA MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S/A.

A União, por intermédio do **6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**

[redacted]

tendo em vista o que consta no Processo Supracitado e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Dispensa de Licitação nº 09/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de preparo, plantio, adubação e irrigação de mudas do segmento KM 165 ao KM 178 da BR-432 em Roraima, visando atender os passivos ambientais decorrentes das obras realizadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção.

BEC
FLS 49

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Projeto Básico e ETP, anexos à este instrumento.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço de plantio de mudas para recuperação de área degradada com porcentagem mínima de 50% de origem nativa. (Unidade de Fornecimento: SV)	1	R$ 28.601,00	R$ 28.601,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Projeto Básico, com início na data de 26/09/2023 e encerramento em 26/09/2024, e somente poderá ser prorrogado nos termos do Projeto Básico.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R$ 28.601,00 (vinte e oito mil e seiscentos e um reais).

3.2. O valor da contratação a ser pago será fixo e irreajustável, nos termos do Projeto Básico.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20xx, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:
NE:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado conforme Projeto Básico, em anexo.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Conforme Projeto Básico, anexo deste instrumento.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico anexo deste Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto supracitado.

6º BEC
FLS 50

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico, anexo deste Instrumento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo deste instrumento.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O valor da contratação será fixo e irreajustável.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Roraima - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Boa Vista, RR, 26 de setembro de 2023.

WAGNER FERNANDES DOS SANTOS – TC
Ordenador de Despesas do 6º BEC

BEC
FLS 51

RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA
Representante legal da MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

TESTEMUNHAS:

Nome Completo:
CPF:

Nome Completo:
CPF:

FLS 52

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.010069/2012-81, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

SOMENTE É OBRIGATÓRIA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 24, I OU II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUANDO HOUVER MINUTA DE CONTRATO NÃO PADRONIZADA OU HAJA, O ADMINISTRADOR, SUSCITADO DÚVIDA JURÍDICA SOBRE TAL CONTRATAÇÃO, APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES FUNDADAS NO ART. 25 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DESDE QUE SEUS VALORES SUBSUMAM-SE AOS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

PORTARIA Nº 57, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Edita as Orientações Normativas nºs 40, 41, 42, 43, 44 e 45, altera a Orientação Normativa nº 29, e cancela a Orientação Normativa nº 31.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X e XIII, e tendo em vista o disposto no inciso XI, todos do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.008534/2012-13, resolve:

Art. 1º Editar as seguintes Orientações Normativas, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 40

"NOS CONVÊNIOS CUJA EXECUÇÃO ENVOLVA A ALOCAÇÃO DE CRÉDITOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS SUBSEQUENTES, A INDICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO RESPECTIVO EMPENHO PARA ATENDER A DESPESA RELATIVA AOS EXERCÍCIOS POSTERIORES PODERÁ SER FORMALIZADA, RELATIVAMENTE A CADA EXERCÍCIO, POR MEIO DE APOSTILA, TAL MEDIDA DISPENSA O PRÉVIO EXAME E APROVAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA."

REFERÊNCIA: Art. 9º do Decreto nº 6.170, de 2007; Art. 65, § 8º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993; Parecer nº 02/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 20.9.2012; Parecer nº 008.2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Consultor-Geral da União Substituto em 2.4.2013.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 41

"A CELEBRAÇÃO DE QUAISQUER CONVÊNIOS ENTRE A UNIÃO E OS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS NÃO DEVE SER INFERIOR A R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), SENDO QUE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DEVE SER IGUAL OU SUPERIOR A R$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). A VEDAÇÃO ALCANÇA TODAS AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, INCLUSIVE AS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES, PARA O ALCANCE DOS RESPECTIVOS VALORES, ADMITEM-SE, EXCLUSIVAMENTE, AS HIPÓTESES PREVISTAS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DO DECRETO Nº 6.170, DE 2007."

REFERÊNCIA: Art. 2º, I, do Decreto nº 6.170, de 2007; Parecer nº 03/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 5.10.2012.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 42

"A DESPEITO DO LIMITE DE 18 MESES PREVISTO NO § 3º DO ART. 37 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL CGU/MF/MP Nº 507, DE 2011, O PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA DEVE SER FIXADO DE FORMA COMPATÍVEL COM O PRAZO PREVISTO NO § 2º DO ART. 68 DO DECRETO Nº 93.872, DE 1986, E COM O PRAZO DE DILIGÊNCIA PREVISTO NA RESPECTIVA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO CITADO DECRETO."

REFERÊNCIA: Art. 68, § 2º, do Decreto nº 93.872, de 1986, incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011; Parecer nº 06/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 16.8.2012.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 43

"A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONVÊNIO É CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO AJUSTE E A SUA AUSÊNCIA ADMITE CONVALIDAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE EVENTUAL APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA."

REFERÊNCIA: Art. 61, parágrafo único, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999; Parecer nº 4/2013/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 24.5.2013.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 44

"I - A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO DEVERÁ SER DIMENSIONADA SEGUNDO O PRAZO PREVISTO PARA O ALCANCE DAS METAS TRAÇADAS NO PLANO DE TRABALHO, NÃO SE APLICANDO O INCISO II DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

II - RESSALVADAS AS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI, NÃO É ADMITIDA A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO, DEVENDO CONSTAR NO PLANO DE TRABALHO O RESPECTIVO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.

III - É VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE METAS QUE NÃO TENHAM RELAÇÃO COM O OBJETO INICIALMENTE PACTUADO."

REFERÊNCIA: Art. 43, V, e art. 1º, § 2º, XXIII, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 2011, e art. 57, § 3º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993; Parecer nº 03/2012/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 13.5.2013.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 45

"O ACRÉSCIMO DO VALOR DO CONVÊNIO COM ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS SUBMETE-SE AO LIMITE DO §1º DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.

I - O LIMITE DEVE SER AFERIDO PELO COTEJO ENTRE O VALOR TOTAL ORIGINAL DO CONVÊNIO E A SOMA DOS APORTES ADICIONAIS REALIZADOS PELO CONCEDENTE E PELO CONVENENTE.

II - O ACRÉSCIMO EXIGE AQUIESCÊNCIA DOS PARTÍCIPES E FORMALIZAÇÃO POR MEIO DE ADITIVO.

III - SE HOUVER CONTRAPARTIDA, SEU VALOR SERÁ ACRESCIDO EM EQUIVALÊNCIA AO ACRÉSCIMO REALIZADO NO OBJETO PACTUADO."

REFERÊNCIA: Art. 65, § 1º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 24, § 3º, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 2011; Parecer nº 13/2013/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 30.9.2013.

Art. 2º A Orientação Normativa nº 29, de 15 de abril de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010

"A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE FIRMAR TERMO DE PARCERIA OU CONVÊNIO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs), OBSERVADA, RESPECTIVAMENTE, A REGRA DO CONCURSO DE PROJETOS OU DO CHAMAMENTO PÚBLICO. A OPÇÃO PELO TERMO DE PARCERIA OU CONVÊNIO DEVE SER MOTIVADA. APÓS A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO, NÃO É POSSÍVEL ALTERAR O RESPECTIVO REGIME JURÍDICO, VINCULANDO OS PARTÍCIPES." (NR)

Art. 3º Fica cancelada a Orientação Normativa nº 31, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

SECRETARIA DE PORTOS

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014

Autoriza a realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento DP-DC/1.2005.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE, INTERINO, DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e o art. 2º, inciso V, do Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, considerando o que consta do Processo nº 50300.001837/2012-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização de investimentos não previstos no Contrato de Arrendamento DP-DC/1.2005, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a empresa RISHIS - Empreendimentos e Participações.

Art. 2º Os investimentos de que trata o art. 1º serão realizados por conta e risco da arrendatária e totalizam o montante de R$ 57.400.000,00 (cinquenta e sete milhões e quatrocentos mil reais).

Art. 3º A presente autorização não gera direito a reequilíbrio econômico-financeiro em favor da arrendatária.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHOS DA CHEFE
Em 20 de dezembro de 2013

Nº 100 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2013-AP-ODSE-296-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002217/2013-21, instaurado em 16 de setembro de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 296/2013-UARBL, decide por aplicar penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à empresa Rebelo & Cia. Ltda., por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXXIII da Resolução nº 912/ANTAQ.

Nº 101 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final, RELA-000002/2013-AP-ODSE-290-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002112/2013-71, instaurado em 02 de novembro de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 290/2013-UARBL, decide por aplicar penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a empresa Mundial Transporte e Navegação Ltda - EPP, por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXI da Resolução nº 912/ANTAQ.

Em 9 de janeiro de 2014

Nº 6 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório Final RETE nº 001/2013-AP-ODSE-274-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado Nº 50305.002117/2013-02, instaurado em 13 de agosto de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 274/2013-UARBL, decide por aplicar penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) à empresa NAVEGAÇÃO LEÃO LTDA., por cometimento do previsto no art. 20, inciso XXIV, da Resolução nº 912/ANTAQ.

Em 14 de janeiro de 2014

Nº 7 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, conforme análise dos fatos apurados no Relatório RETE nº 001/2013-AP-ODSE-301-13-UARBL, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado nº 50305.002218/2013-75, instaurado em 06 de setembro de 2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 301/2013-UARBL, decide por ARQUIVAR o referido processo sem aplicar penalidade à empresa A A DOS SANTOS PEREIRA TRANSPORTE - ME, em face da perda do objeto do PAS.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SALVADOR

DESPACHO DO CHEFE
Em 30 de dezembro de 2013

Nº 27 - **O CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE SALVADOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e conforme análise dos fatos apurados no RELA-000001-2013-AP-ODSE- 0059-13-UARSV, elaborado em decorrência do Processo Administrativo Contencioso Simplificado 50311.001755/2013-19, instaurado em 04/07/2013, de acordo com a Ordem de Serviço Nº 59-2013-UARSV, decide, segundo os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, indicar as penalidades pelas infrações apuradas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014022700104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SEC
FLS 53

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**26.004.848/0002-63**	DUNS®:	**920307432**
Razão Social:	**MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A**		
Nome Fantasia:	**MAHOGANY RORAIMA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**20/09/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica (Possui Pendência)

CPF [redacted] Nome: PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA

Ass: [redacted]

BEC
FLS 54

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **26.004.848/0002-63** DUNS®: **920307432**
Razão Social: **MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A**
Nome Fantasia: **MAHOGANY RORAIMA**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **20/09/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 0,00** Data de Abertura da Empresa: **03/05/2017**
CNAE Primário: **0210-1/05 - CULTIVO DE ESPÉCIES MADEIREIRAS, EXCETO EUCALIPTO, ACÁCIA-NEGRA, PINUS E TECA**

CNAE Secundário 1: **0161-0/03 - SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E**
CNAE Secundário 2: **0210-1/06 - CULTIVO DE MUDAS EM VIVEIROS FLORESTAIS**
CNAE Secundário 3: **0210-1/07 - EXTRAÇÃO DE MADEIRA EM FLORESTAS PLANTADAS**
CNAE Secundário 4: **0230-6/00 - ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO FLORESTAL**
CNAE Secundário 5: **4623-1/06 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS**
CNAE Secundário 6: **4671-1/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS**
CNAE Secundário 7: **4789-0/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS**

Dados para Contato

CEP: **69.339-899**
Endereço: **AREA RUA DOM APARECIDO JOSE DIAS, 3100 - CASA 4 SALA 02 - AREA**
Município / UF: **Boa Vista / Roraima**
Telefone: [redacted]
E-mail: **RODRIGO.PEREIRA@MAHOGANYRORAIMA.COM**

Dados do Responsável Legal

CPF: [redacted]
Nome: **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA**

BEC
FLS 55

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: [redacted]
Nome: **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA**
E-mail: **rfcp34@hotmail.com**

6º BEC
FLS 56

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [redacted]
Nome: **EDUARDO GUIMARAES MACHADO FREIRE**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **15/12/1967**
Filiação Materna: **MARILIA GUIMARAES FREIRE**
Estado Civil:
CEP: **22.795-077**
Endereço: **AVENIDA GENARO DE CARVALHO, 3281 - 303 - RECREIO DOS BANDEIR**
Município / UF: **Rio de Janeiro / Rio de Janeiro**
Telefone: **(21) 97840016**
E-mail:

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: [redacted]
Nome: **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **07/10/1976**
Filiação Materna: **NELMA CARDOSO PEREIRA**
Estado Civil:
CEP: **69.307-272**
Endereço: **RUA LEVINDO INACIO DE OLIVEIRA, 1764 - PARAVIANA**
Município / UF: **Boa Vista / Roraima**
Telefone: **(95) 91658877**
E-mail: **rfcp34@hotmail.com**

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: [redacted]
Nome: **MARCELLO GUIMARAES MACHADO FREIRE**
Número do Documento: Órgão Expedidor:
Data de Expedição: Data de Nascimento: **17/12/1966**
Filiação Materna: **MARILIA GUIMARAES FREIRE**
Estado Civil:
CEP: **69.317-488**
Endereço: **RUA DOM APARECIDO JOSE DIAS, 3100 - CIDADE SATELITE**
Município / UF: **Boa Vista / Roraima**
Telefone: **(95) 24831206**
E-mail:

Relatório de Credenciamento

BEC
FLS 57

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: [redacted]
Nome: **STHEFANNY CHRIS DA SILVA**
Número do Documento: [redacted] Órgão Expedidor: **DETRAN RR**
Data de Expedição: **24/03/2009** Data de Nascimento: **21/07/1990**
Filiação Materna: **MARIA CRISTINA DA SILVA**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **69.312-138**
Endereço: **TRAVESSA DALICIO AMORIM, 279 - CASA - JADIM FLORESTA**
Município / UF: **Boa Vista / Roraima**
Telefone: **(95) 91379327**
E-mail: **sthefanny.silva@mahoganyroraima.com**

Linhas Fornecimento

Serviços

14796 - Produção de Mudas

15148 - Plantio de Árvore

15954 - Agricultura - Preparação / Plantio / Colheita

6º BEC
FLS 58

Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
Departamento da Receita
"Amazônia, patrimônio dos brasileiros"

CERTIDÃO NEGATIVA DE OBRIGAÇÕES E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - CND

CGF/CPF/CNPJ	Nome / Razão Social
26.004.848/0002-63	MTGG PARTICIPAÇOES E EMPREENDIMENTOS SA

É certificado que não foram identificadas pendências em seu nome relativos a tributos/obrigações administradas pela Secretaria de Estado da Fazenda, apurados conforme Portaria SEFAZ/GAB nº 367/2011 publicada no D.O.E nº 1562 do dia 08/06/2011.

Esta certidão não abrange débitos ainda não processados, ressalva-se pois, o direito de a Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas.

Data de emissão: 14/09/2023 **Validade:** 13/12/2023

A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de resposabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, conforme código de Autenticação, podendo a mesma ser verificada no website da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, no endereço: https://www.sefaz.rr.gov.br/

Código de Autenticação: 016600

As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ RR, e, ainda verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Prefeitura Municipal de Boa Vista
Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças
Rua Coronel Pinto, 188
Centro - BOA VISTA - RR CEP: 69301-150
CNPJ: 05.943.030/0001-55

6º BEC
FLS 59

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número: 006986/2023.E

Nome/Razão Social: **MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A**
Nome Fantasia: **MAHOGANY RORAIMA**
Inscrição Municipal: [redacted] CPF/CNPJ: **26.004.848/0002-63**
Endereço: **RUA DOM APPARECIDO JOSE DIAS, 3100 CASA 4 SALA 2**
AREA RURAL DE BOA VISTA BOA VISTA - RR CEP: 69301-150

RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR QUAISQUER DÉBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS POSTERIORMENTE, É CERTIFICADO QUE, ATÉ A PRESENTE DATA NÃO CONSTAM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS DO CONTRIBUINTE ACIMA CITADO PARA COM ESTE MUNICÍPIO

Observação:

****
****
****
****

Esta certidão foi emitida em 02/10/2023 com base no Código Tributário Municipal

Certidão válida até: 01/12/2023

Esta certidão abrange somente a Inscrição Municipal acima identificada.

Código de controle desta certidão: **960000891754000004952606000698620231002O**

Certidão emitida eletronicamente via internet. A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço eletrônico:
https://boavista.saatri.com.br, Econômico - Certidão Negativa - Verificar Autenticidade

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Impresso em 02/10/2023 às 14:22:09

6º BEC
FLS 60

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-82

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:22:01 do dia 20/09/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/03/2024.
Código de controle da certidão: **5A83.9985.C523.62EE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

BEC FLS 61

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 26.004.848/0002-63
Razão Social: MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS SA
Endereço: R DOM APPARECIDO JOSE DIAS 3100 CASA 4 SALA 02 / CIDADE SATELITE / BOA VISTA / RR / 69317-488

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2023 a 04/10/2023

Certificação Número: 2023090508000167390173

Informação obtida em 12/09/2023 17:55:38

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

BEC FLS 62

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
26.004.848/0002-63 **FILIAL**		**03/05/2017**

NOME EMPRESARIAL
MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MAHOGANY RORAIMA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
02.10-1-05 - Cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
02.10-1-06 - Cultivo de mudas em viveiros florestais
02.10-1-07 - Extração de madeira em florestas plantadas
02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal
46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas
46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
A RUA DOM APARECIDO JOSE DIAS	**3100**	**CASA 4 SALA 02**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
69.339-899	**AREA RURAL DE BOA VISTA**	**BOA VISTA**	**RR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RODRIGO.PEREIRA@MAHOGANYRORAIMA.COM	**(95) 9165-8877**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/05/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/09/2023** às **15:45:20** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

6º BEC
FLS 63

ANEXO

ESTATUTO SOCIAL

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ Nº 26.004.848/0001-82

NIRE Nº 35.300.502.981.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO

ART. 1º - A **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A** é uma sociedade anônima, que se rege pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, com nome fantasia "Mahogany Roraima".

ART. 2º - A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, atuando como sócia ou acionista (CNAE 6462-0/00); e Atividades de apoio à Produção Florestal (CNAE 0230-6/00); e a Filial com sede em Roraima tem como objeto social Plantação de mudas de mogno (CNAE 0210-1/05), Extração de mogno (CNAE 0210-1/07), Atividades de apoio à Produção Florestal (CNAE 0230-6/00); Venda de mogno (CNAE 4671-1/00); Gestão de Ativos Intangíveis não financeiros de intermediação de certificados de crédito de Carbono e crédito de reposição florestal (CNAE 7740-3/00); produção e cultivo de mudas em viveiros florestais (CNAE 0210-1/06); Produção de produtos não madeireiros, não especificados anteriormente em florestas plantadas, agricultura em geral, tais como, produção de lavouras temporárias, permanentes, sementes e mudas certificadas, , horticultura e floricultura, Atividade de apoio à agricultura e à pecuária, caça e serviço relacionado criação de animais não especificados anteriormente, atividade de pós colheita e a geração, distribuição e transmissão de energia solar, por meio de painéis solares e outros componentes a este relacionados (CNAE 0210-1/99)

ART. 3º - A **MATRIZ** da Companhia tem foro em São Paulo à Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini nº 1748, conjunto 201, sala 01, no Bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, CEP: 04571-000, **FILIAL** sob [redacted]L, CNPJ/MF 26.004.848/0002-63, situada à Rua Dom Aparecido Jose Dias, 3100, casa 4, sl 2, Cidade Satelite, Boa Vista - RR, CEP 69317-488.

6º BEC
FLS 64

ART. 4º - A Companhia iniciou suas atividades a partir de 05.05.2016 e seu prazo de duração será indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ART. 5º - O capital social da Companhia é de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) totalmente integralizado, dividido em ações ordinárias nominativas, com o valor de face de R$ 1,00 (um real).

Parágrafo 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76.

Parágrafo 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo 3º – Os Acionistas não poderão ceder, transferir ou de qualquer forma alienar suas ações de emissão da Companhia sem a observância do disposto em Acordo de Acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas").

ART. 6º - O exercício do direito de retirada, bem como a definição do valor a ser pago aos acionistas retirantes por suas ações, observará o disposto em lei.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS PERMANENTES DA COMPANHIA

ART. 7° - São os órgãos permanentes da Companhia: a) a Assembleia Geral; b) o Conselho de Administração; e c) a Diretoria.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

ART. 8° - Os poderes e atribuições da Assembleia Geral são os estabelecidos por lei e neste Estatuto.

6° BEC
FLS 65

ART. 9° - A Assembleia Geral se reunirá uma (1) vez, ordinariamente, nos quatro primeiros meses que seguirem ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, ou na forma da lei.

ART. 10° - Só poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro competente, até cinco (5) dias antes da data da respectiva Assembleia.

ART. 11° - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, que convocará um acionista ou membro do Conselho de Administração ou Diretoria, para secretário. Na falta do Presidente do Conselho ou quem o substitua, a Assembleia elegerá seu presidente.

Parágrafo Único: salvo deliberação contrária da Assembleia Geral, a ata será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos - observando o disposto no parágrafo 1° do Art. 130 da Lei Nº 6.404.

ART. 12° - Devem ser depositadas, na sede social, com até dois (2) dias de antecedência, os instrumentos de mandato outorgados por acionistas para sua representação.

ART. 13° - Exceto por aquelas situações em que a lei preveja quórum superior, a Assembleia Geral realizar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, dois terços (2/3) de acionistas representativos do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes.

CAPITULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 14° - A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e a Diretoria.

Parágrafo 1°. O prazo de gestão dos administradores será de (3) anos, permitida a reeleição.

6º BEC
FLS 66

Parágrafo 2° - A remuneração dos administradores será fixada, em seu valor global, pela Assembleia Geral, nos termos da Lei.

CAPITULO VI

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ART. 15° - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) membros, eleitos pela Assembleia Geral. Somente poderão ser eleitos para o Conselho de Administração, acionistas da Companhia.

Parágrafo 1° - O Presidente do Conselho será escolhido pela Assembleia e o seu substituto eventual, pelo próprio Conselho.

Parágrafo 2° - Em caso de vaga no Conselho de Administração, competirá à Assembleia Geral, convocada dentro de trinta (30) dias da vacância, eleger o substituto, que deverá cumprir o restante do mandato.

ART. 16° - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário e pelo menos uma vez por ano, em ambos os casos mediante convocação do Presidente ou de qualquer dos Conselheiros, com antecedência mínima de cinco (5) dias.

ART. 17° - A reunião do Conselho de Administração instalar-se-á com a presença de, pelo menos, dois (2) de seus membros, admitida a participação de um ou mais Conselheiros, por conferência telefônica ou videoconferência. O Conselheiro temporariamente impedido ou ausente poderá fazer-se representar, mediante indicação escrita, por outro Conselheiro, quer para votação, quer para completar o "quórum" exigido para a reunião. Os Conselheiros ausentes não representados poderão manifestar o seu voto por carta, e-mail ou telex ou fax ou telegrama desde que haja o "quórum" de presença estabelecido neste artigo.

Parágrafo único. das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas, em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes.

ART. 18° - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos.

6º BEC
FLS 67

ART. 19º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; c) fixar os honorários individuais dos Conselheiros e Diretores, observado o limite global estabelecido pela Assembleia Geral para a remuneração dos Administradores da Companhia; d) aprovar a estrutura organizacional básica da Companhia; e) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos; f) convocar, por seu Presidente ou seu substituto, as Assembleias Gerais; g) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de lucros e reservas, na forma de dividendos, em montante diferente do estabelecido neste estatuto, sob ratificação da Assembleia Geral subsequente; h) aprovar o orçamento anual da Companhia e suas alterações; i) escolher e destituir os auditores independentes; j) submeter à Assembleia Geral, proposta de aumento do capital e de alteração do Estatuto; k) manifestar-se sobre as propostas da Diretoria - à Assembleia Geral - sobre resgate ou conversão de ações, debêntures, partes beneficiárias e bônus de subscrição; l) decidir sobre qualquer contrato entre a Companhia e seus acionistas e/ou grupos ou sociedades que estes, direta ou indiretamente, controlem ou a cujo controle estejam sujeitos; m) decidir sobre aquisição, venda, licenciamento e desistência de direitos sobre patentes, marcas registradas, técnicas ou segredos de fabricação; n) propor à Assembleia Geral a dissolução da Companhia, fusão, cisão ou incorporação sob qualquer modalidade; o) aprovar a alteração da linha de produtos fabricados pela Companhia, ou a suspensão da fabricação de qualquer produto; p) aprovar a abertura, manutenção ou fechamento de filiais, agências, sucursais, escritórios e estabelecimentos fabris ou comerciais em qualquer parte do território nacional ou no exterior; q) aprovar a participação em outras sociedades; r) aprovar previamente atos ou contratos – incluindo transação, acordos, renúncia de direitos, fianças e compromisso arbitral ou cláusula compromissória - que não estejam incluídos no orçamento anual ou cujo valor ultrapasse dois por cento (2%) do capital social da Companhia; s) aprovar projetos de expansão ou planos de investimentos; t) autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente de valor superior a dois por cento (2%) do capital social da Companhia; u) decidir sobre contratos de mútuo, crédito, financiamento e/ou de garantia real ou fidejussória de valor excedente a dois por cento (2%) do capital social da Companhia, excluídas as operações de giro normal das atividades de realização do objeto social da Companhia; v) aprovar acordos ou renúncia de direitos, quando

de valor superior a um por cento (1%) do capital social da Companhia; w) avocar à sua decisão quaisquer outros assuntos que não sejam da competência da Assembleia Geral; x) estabelecer critérios e taxas para remuneração do capital nos limites legais.

Parágrafo Único: é vedado à Diretoria submeter à Assembleia Geral, sem a aprovação do Conselho de Administração, documento que trate de assunto relacionado neste artigo.

CAPÍTULO VII
DA DIRETORIA

ART. 20º - *A Diretoria será composta de até 03 (três) Diretores, sendo um Diretor Presidente, Diretor Financeiro e um Diretor de Produção, este último, com atribuições específicas e descritas no Parágrafo único do artigo 25.*

ART. 21º - *Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho ou os acionistas elegerão, no prazo de trinta (30) dias, o titular que deverá cumprir o restante do mandato.*

ART. 22º - *Compete à Diretoria: a) praticar todos e quaisquer atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto aqueles que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição exclusiva de outro órgão; b) constituir procuradores da Companhia. O instrumento respectivo poderá ser assinado isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro e especificará o prazo de validade, bem como os poderes, que não poderão ser gerais nem irrestritos exceto no caso de procurações "ad judicia", quando conveniente; c) transigir, celebrar acordos, renunciar a direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e/ou onerar, por qualquer forma, bens e direitos da Companhia, respeitada a competência e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; d) observado o disposto no Art. 19º, definir a estrutura organizacional da Companhia, preencher os cargos de gerência ou chefia correspondentes e decidir quanto à locação de serviços; e) elaborar o relatório anual de atividades, bem como as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e parecer do Conselho de Administração, para aprovação da Assembleia Geral;*

ART. 23º - *Todos os contratos, escrituras, títulos de crédito e demais documentos que importem em responsabilidade para a Companhia conterão, obrigatoriamente, como condição de*

validade, a assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro, podendo ainda ser assinado pelo procurador constituído, nos termos deste estatuto.

Parágrafo único: os documentos de rotina administrativa que não importem na constituição de obrigação para a Companhia poderão ser assinados por um Diretor, de acordo com as funções específicas indicadas em decisões da Diretoria - tomadas por ata - ou do Conselho.

ART. 24º - A Companhia será representada em juízo pelo Diretor Presidente e na ausência deste a representação será pelo Diretor Financeiro.

ART. 25º - Compete, exclusivamente, ao Diretor Presidente ou ao Diretor Financeiro, de maneira isolada, além dos encargos que lhe foram atribuídos especificamente pelo Conselho de Administração: a) presidir as reuniões da Diretoria, b) executar e fazer executar o Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, c) orientar e coordenar as atividades dos outros Diretores, d) representar a Companhia nas reuniões de sócios cotistas ou acionistas, de sociedade da qual a Companhia faça parte, e) admitir ou demitir pessoal, podendo atribuir tais poderes a qualquer outro Diretor, f) transmitir ao Conselho de Administração os documentos e informações periódicas e demais solicitações específicas do Conselho de Administração, e g) representar legalmente a sociedade junto aos órgãos e repartições públicas, podendo, exclusivamente nesses casos, assinar isoladamente.

Parágrafo único: Compete a(o) Diretor(a) de Produção exercer as funções específicas de elaboração, coordenação e análises de projetos ambientais da companhia.

ART. 26º - Compete aos demais Diretores exercer as funções e atribuições que lhes forem conferidos pelo Conselho de Administração e, supletivamente, pelo Diretor Presidente.

ART. 27º - É vedado, sendo nulo de pleno direito, o ato de qualquer Diretor ou procurador da Sociedade, que a envolver, de qualquer forma, em obrigações relativas a negócios estranhos à Sociedade.

CAPÍTULO VIII
DO CONSELHO FISCAL

JUCESP
06 11 20

6º BEC
FLS 70

ART. 28º - A Companhia terá um Conselho Fiscal que, somente, funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas que representem um décimo das ações com direito a voto.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal será composto de três (3) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia que os eleger.

ART. 29º - As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal serão os definidos em lei.

CAPÍTULO IX

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESERVAS E DIVIDENDOS

ART. 30º - O exercício social se inicia a primeiro de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

ART. 31º - Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da Companhia, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, que serão publicadas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Do lucro líquido anual, verificado na forma da lei, serão deduzidos: a) cinco por cento (5%), para a constituição da reserva legal, até que esta atinja o montante correspondente a vinte por cento (20%) do capital social; b) vinte e cinco por cento (25%), para distribuição de dividendos aos acionistas, observadas as disposições legais e estatutárias;

Parágrafo 2º - Não havendo oposição de qualquer acionista presente à Assembleia Geral poderá ser deliberada uma distribuição de dividendos inferiores aos previstos neste artigo, como também a retenção de todo o lucro.

Parágrafo 3º - O valor dos juros pago ou creditado, a título de juros sobre o capital próprio, assim como o valor dos dividendos intermediários distribuídos, poderão ser imputados ao

6º BEC
FLS 71

dividendo obrigatorio, integrando tais valores o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais.

Parágrafo 4° - Caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação do remanescente.

ART. 32º - Fica facultado à Sociedade o levantamento de balanços semestrais, ou correspondentes a períodos menores, observadas as disposições da lei. Apurado lucro líquido, em tais balanços, poderá haver distribuição de dividendos, por deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

CAPÍTULO X
LIQUIDAÇÃO

ART. 33º - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - Em caso de liquidação extrajudicial da Companhia, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e, se julgar conveniente, o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

CAPITULO XI
ACORDO DE ACIONISTAS

ART. 34º - A Companhia respeitará e cumprirá os acordos entre acionistas, desde que depositados na sede social.

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 35º - Nos casos omissos deste Estatuto, serão observadas as prescrições da Lei 6.404/76 e demais diplomas legais aplicáveis.

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.824.076/20-5

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
CNPJ Nº 26.004.848/0001-82
NIRE Nº 35.300.502.981

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020

I – DATA, HORA E LOCAL

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de 2020, às 10:00 horas, na sede social da Companhia situada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748, conj. 201, sala 01, no Bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000.

II – PRESENÇA

Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

III – MESA

Presidente: Marcello Guimarães Machado Freire
Secretario: Rodrigo Francisco Cardoso Pereira

IV - CONVOCAÇÃO

Dispensada a publicação da convocação decorrente da presença dos acionistas representarem a totalidade do capital social votante, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei 6.404/76.

V – ASSUNTOS TRATADOS

Deliberar sobre: (i) renúncia do Diretor Presidente; (ii) eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia; (iii) atribuição de competência para Diretora de Produção; (iv) alteração e reformulação do Estatuto Social para adequar às novas necessidades da companhia no que diz respeito ao Capítulo VII – DA DIRETORIA.

VI – DELIBERAÇÕES

O Presidente, Sr. Marcello Guimarães Machado Freire, assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Rodrigo Francisco Cardoso Pereira, para secretariar esta reunião e lavrar a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, discutindo sobre a ordem do dia, conforme segue:

JUCER
06 11 20

6º BEC
FLS 73

(i) O Sr. Presidente, após os esclarecimentos necessários, informou a todos o pedido de renúncia realizado pelo Sr. **MARCO LUIZ CASTANHEIRA FERREIRA** do cargo de Diretor Presidente, agradecendo, neste momento, por toda dedicação e tempo despedindo à Companhia. Assinando termo de renúncia, o qual consta como Anexo I, da presente Ata.

(ii) Prosseguindo com a Assembleia, o Senhor Presidente iniciou a deliberação e submeteu à aprovação a eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia, nos termos do Estatuto, para o exercício do mandato de 03 (três) anos, sugerindo aos acionistas, a nomeação para o cargo de Diretor Presidente da Companhia: Sr. **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA,** brasileiro, casado, nascido em [redacted], empresário, portador da Cédula de Identidade [redacted], inscrito no CPF/[redacted] residente e domiciliado na Rua Levindo Inácio de Oliveira, 1764, Bairro Paraviana, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP: 69307-275 e para o cargo de Diretora de Produção da Companhia a nomeação de **STHEFANNY CHRIS DA SILVA,** brasileira, nascida em [redacted] solteira, analista ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG [redacted] P/RR, inscrita no CPF/MF sob nº [redacted] residente e domiciliada na Rua Antônio Maciel, nº 32, Jardim Floresta, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP: 69312-062. Ambos assinam o Termo de Posse, constante como Anexo I e II desta Ata, declarando desimpedimento.

(iii) Ainda, o Sr. Presidente apresentou a proposta e submeteu à aprovação do Conselho de Administração a relação das atribuições e Competências da Diretora de Produção, ora nomeada, de modo que competirá a(o) Diretor(a) de Produção exercer as funções de elaboração e coordenação de projetos e análises ambientais da Companhia.

(iv) Por fim, o Sr. Presidente apresentou a proposta de alteração e reformulação do texto dos artigos contidos no Capítulo VII – Da Diretoria, a fim de atender às novas necessidades operacionais, principalmente, no que concerne aos poderes atribuídos à Diretoria de Produção da Companhia. Para tanto, anexa a presente Ata com o novo estatuto consolidado, com o texto que passará a viger com a seguinte redação:

JUCESP
DE 12 20

6º BEC
FLS 74

"CAPÍTULO VII

DA DIRETORIA

ART. 20º - A Diretoria será composta de até 03 (três) Diretores, sendo um Diretor Presidente, Diretor Financeiro e um Diretor de Produção, este último, com atribuições especificas e descritas no Parágrafo único do artigo 25.

ART. 21º - Em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, o Conselho ou os acionistas elegerão, no prazo de trinta (30) dias, o titular que deverá cumprir o restante do mandato.

ART. 22º - Compete à Diretoria: **a)** praticar todos e quaisquer atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto aqueles que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição exclusiva de outro órgão; **b)** constituir procuradores da Companhia. O instrumento respectivo poderá ser assinado isoladamente pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Financeiro e especificará o prazo de validade, bem como os poderes, que não poderão ser gerais nem irrestritos exceto no caso de procurações "ad judicia", quando conveniente; **c)** transigir, celebrar acordos, renunciar a direitos, prestar fianças, adquirir, permutar, alienar e/ou onerar, por qualquer forma, bens e direitos da Companhia, respeitada a competência e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; **d)** observado o disposto no Art. 19º, definir a estrutura organizacional da Companhia, preencher os cargos de gerência ou chefia correspondentes e decidir quanto à locação de serviços; **e)** elaborar o relatório anual de atividades, bem como as demonstrações financeiras a serem submetidas a exame e parecer do Conselho de Administração, para aprovação da Assembleia Geral;

ART. 23º - Todos os contratos, escrituras, títulos de crédito e demais documentos que importem em responsabilidade para a Companhia conterão, obrigatoriamente, como condição de validade, a assinatura isolada do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro, podendo ainda ser assinado pelo procurador constituído, nos termos deste estatuto.

6º REC
FLS 75

Parágrafo único: os documentos de rotina administrativa que não importem na constituição de obrigação para a Companhia poderão ser assinados por um Diretor, de acordo com as funções específicas indicadas em decisões da Diretoria – tomadas por ata – ou do Conselho.

ART. 24º - A Companhia será representada em juízo pelo Diretor Presidente e na ausência deste a representação será pelo Diretor Financeiro.

ART. 25º - Compete, exclusivamente, ao Diretor Presidente ou ao Diretor Financeiro, de maneira isolada, além dos encargos que lhe foram atribuídos especificamente pelo Conselho de Administração: a) presidir as reuniões da Diretoria, b) executar e fazer executar o Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. c) orientar e coordenar as atividades dos outros Diretores, d) representar a Companhia nas reuniões de sócios cotistas ou acionistas, de sociedade da qual a Companhia faça parte, e) admitir ou demitir pessoal, podendo atribuir tais poderes a qualquer outro Diretor, f) transmitir ao Conselho de Administração os documentos e informações periódicas e demais solicitações especificas do Conselho de Administração, e g) representar legalmente a sociedade junto aos órgãos e repartições públicas, podendo, exclusivamente nesses casos, assinar isoladamente.

Parágrafo único: Compete a(o) Diretor(a) de Produção exercer as funções especificas de elaboração, coordenação e análises de projetos ambientais da companhia.

ART. 26º - Compete aos demais Diretores exercer as funções e atribuições que lhes forem conferidos pelo Conselho de Administração e, supletivamente, pelo Diretor Presidente.

ART. 27º- É vedado, sendo nulo de pleno direito, o ato de qualquer Diretor ou procurador da Sociedade, que a envolver, de qualquer forma, em obrigações relativas a negócios estranhos à Sociedade."

JUCESP
05 11 20

6º BEC
FLS 76

Após discussão, e análise da eleição dos Diretores e reformulação do Estatuto sugerido, todas as matérias e deliberações, foram aprovadas unanimemente pelos acionistas, nomeando os Diretores da Companhia de acordo com as propostas sugeridas, que assinam o Anexo II e III.

Lavratura e Leitura da Ata: Oferecida à palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém se manifestando, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi à ata lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Presidente da Assembleia - Sr. Marcello Guimarães Machado Freire, Secretário da Assembleia – Sr. Rodrigo Francisco Cardoso Pereira; Acionistas: Marcello Guimarães Machado Freire e Eduardo Guimarães Machado Freire.Esta Ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

CARTÓRIO LOUREIRO

Marcello Guimarães Machado Freire
Presidente

Rodrigo Francisco Cardoso Pereira
Secretário

CARTÓRIO LOUREIRO DR. JOZIEL LOUREIRO TABELIÃO E REGISTRADOR
REC SEMELHANTE a(s)assinatura(s)
[HygVmBA2] -RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA
ACS.Em testemunho da verdade.Boa Vista, 21/10/2020
Emol:2,56,FUNDEJURR:0,26,FISC:0,13,FECON:0,13,ISS:0,13Vlr Selo:1,50
Selo: RECFIR15834SGF0T4FKVV5BN8ZC18 Nº Ticket: 00138
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br

Marjory C. C. Esbell Briglia
Escrevente Autorizada
Cartório Loureiro

CARTÓRIO LOUREIRO DR. JOZIEL LOUREIRO TABELIÃO E REGISTRADOR
REC SEMELHANTE a(s)assinatura(s)
[HygVmBA2] -MARCELLO GUIMARAES MACHADO FREIRE
ACS.Em testemunho da verdade.Boa Vista, 21/10/2020
Emol:2,56,FUNDEJURR:0,26,FISC:0,13,FECON:0,13,ISS:0,13Vlr Selo:1,50
Selo: RECFIR15834SGZBQLBTIDYD71E38 Nº Ticket: 00138
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br
CPF Solicitante: 00654533210

Marjory C. C. Esbell Briglia
Escrevente Autorizada
Cartório Loureiro

JUCESP
05 NOV 2020
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
460.551/20-6
JUCESP

JUCESP
19 11 20

6º BEC
FLS 77

PRESENÇA DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2020

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ/MF nº 26.004.848/0001-82

NIRE 35.300.502.981

Nº de Ordem	Acionistas(s)/Assinatura	Endereço
01	**Marcello Guimarães Machado Freire**	Rua Dom Aparecido José Dias, 3100, Bairro Cidade Satélite, Boa Vista – RR, CEP 69317-488.
02	**Eduardo Guimarães Machado Freire**	Rua Joana Angélica, 251, Apto 101, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22420-030.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

CARTÓRIO LOUREIRO

Marcello Guimarães Machado Freire
Presidente

Rodrigo Francisco Cardoso Pereira
Secretário

CARTÓRIO LOUREIRO — DR. JOZIEL LOUREIRO — TABELIÃO E REGISTRADOR

REC SEMELHANTE a(s)assinatura(s)
[illegible] RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA
ACS Em testemunho _____ da verdade Boa Vista, 21/10/2020
Emol 2,56 FUNDEJURR 0,26 FISC 0,13 FECON:0,13 ISS 0,13 Vlr Selo 0,50
Selo RECFIR158345P3A8LOKU82J39C14 Nº Ticket: 00136
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br

CARTÓRIO LOUREIRO — DR. JOZIEL LOUREIRO — TABELIÃO E REGISTRADOR

REC SEMELHANTE a(s)assinatura(s)
[illegible] MARCELLO GUIMARÃES MACHADO FREIRE
ACS Em testemunho _____ da verdade Boa Vista, 21/10/2020
Emol 2,56 FUNDEJURR 0,26 FISC 0,13 FECON:0,13 ISS 0,13 Vlr Selo 0,50
Selo RECFIR158345HORT92TS1M07SO48 Nº Ticket: 00136
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br

CARTÓRIO LOUREIRO — DR. JOZIEL LOUREIRO — TABELIÃO E REGISTRADOR

REC SEMELHANTE a(s)assinatura(s)
[illegible] EDUARDO GUIMARÃES MACHADO FREIRE
ACS Em testemunho _____ da verdade Boa Vista, 21/10/2020
Emol 2,56 FUNDEJURR 0,26 FISC 0,13 FECON:0,13 ISS 0,13 Vlr Selo 0,50
Selo RECFIR158345JVMWIZTWE6D21U87 Nº Ticket: 00136
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br
CPF Solicitante: 00854633210

ANEXO I

TERMO DE RENÚNCIA

BEC
FLS 78

Eu, **MARCO LUIZ CASTANHEIRA FERREIRA**, brasileiro, solteiro, administrador, nascido em 10/04/1968, portador da Cédula de Identidade RG nº [redacted] DETRAN/RJ, inscrito no CPF nº [redacted], residente e domiciliado na Rua Haroldo Cavalcanti, 71, apto. 201, no bairro Recreio dos Bandeirantes, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22795-240, sirvo-me do presente termo para renunciar ao Cargo de Diretor Presidente da Companhia **MRES PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A**, sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748, conj. 201, sala 01, no bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o nº 26.004.848/0001-62, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.502.961 ("Companhia"), para o qual fui eleito em 02 de novembro de 2018, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, registrada em 07/03/2019, [redacted] ratificando todos os atos anteriormente praticados, até a assinatura deste Termo.

Adicionalmente, declaro que não tenho qualquer valor a receber da Sociedade e, neste ato, outorgo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a toda e qualquer obrigação pendente e/ou valor devido a mim, pela sociedade com relação ao período durante o qual ocupei o exercício de Diretor Presidente da Companhia.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

MARCO LUIZ CASTANHEIRA FERREIRA

29 1º OFÍCIO DE NOTAS E COMARCA DE NITERÓI - RJ
Reconheço as firmas por Semelhança de:
MARCO LUIZ CASTANHEIRA FERREIRA
Emolo: R$ 5,01 Fetj: R$ 1,25 Fundpj: R$ 0,29 Funperj: R$ 0,29
Funarpen: R$ 0,23 Pmcmv: R$ 0,16 Iss: R$ 0,25 Total: R$ 6,15
RIO DE JANEIRO/RJ, 22/10/2020
MARIA JULIANA PINTO DA SILVA. Em testº da verdade.
EDON 45268-TOO Consulte https://www.funarpen.com.br/selo/selo.php
Estrada Benvindo de Novaes nº 1.526, sobreloja, Ingá, Niterói, RJ, Tel: (21) 2622-8100 / (21) 2622-8101
157834 - 26/10/2020 - 09:52:11 - 1 DE 1 FOLHA/S
Maria Juliana P. da Silva
Escrevente
Selo(s): 1 - 0617123

JUCESP
DE 11 20

8º BEC
FLS 79

ANEXO II

TERMO DE POSSE

Eu, **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA,** brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade [redacted] inscrito no CPF/MF nº [redacted] residente e domiciliado na Rua Levindo Inácio de Oliveira, 1764, Bairro Paraviana, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP: 69307-275, tendo sido Eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A**, sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748, conj. 201, sala 01, no bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o n º 26.004.848/0001-82, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.502.981 ("Companhia"), conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020, declara aceitar a minha eleição como Diretor Presidente e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei especial e o Estatuto Social pelo que firmo este termo de posse, pelo mandato de 03(três) anos. Declaro, sob as penas da Lei, não estar impedido por lei especial de exercer atividades empresariais ou congêneres, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, em acesso em cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. Declaro, ainda, atender os requisitos de reputação ilibada estabelecidos no §3º do art. 147 da lei nº 6.404/76. Para fins do art. 149§2, da lei da S.A., declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. O presente termo é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.

São Paulo, 19 de outubro de 2020.

CARTÓRIO LOUREIRO

Rodrigo Francisco Cardoso Pereira

CARTÓRIO LOUREIRO — DR. JOZIEL LOUREIRO — TABELIÃO E REGISTRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA SEMELHANTE a(s) assinatura(s)
(1) 0046 0014) - RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA
Em testemunho da verdade Boa Vista, 21/10/2020
Emol 2,58 FUNDEJURR 0,26 FISC 0,13 FECON 0,13 ISS 0,13 Via Adicional
Selo RECFIR15834STB1FR22V94SV5O71 Nº Ticket: 001360
Consulte seu selo: https://cidadao.portalselorr.com.br

Escrevente Autorizada
Cartório Loureiro

JUCESP
DESENTRANHADO

6º BEC
FLS 80

ANEXO III

TERMO DE POSSE

Eu, **STHEFANNY CHRIS DA SILVA,** brasileira, solteira, maior, nascida em [redacted] analista ambiental, portadora da Cédula de Identidade RG nº [redacted] inscrita no CPF/MF sob nº [redacted] residente e domiciliada na Rua Antônio Maciel, nº 32, Jardim Floresta, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, CEP: 69312-062., tendo sido eleita para o cargo de Diretora de Produção da Companhia **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A,** sociedade por ações, com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748, conj. 201, sala 01, no bairro Cidade Monções, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ/MF sob o n.º 26.004.848/0001-82, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.300.502.981 ("Companhia"), conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 2020, declaro aceitar a minha eleição como Diretora de Produção da Companhia e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei especial e o Estatuto Social pelo que firmo este termo de posse, pelo mandato de **03 (três) anos**. Declaro, sob as penas da Lei, não estar impedido por lei especial de exercer atividades empresariais ou congêneres, nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, em acesso em cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade. Declaro, ainda, atender os requisitos de reputação ilibada estabelecidos no §3º do art. 147 da lei nº 6.404/76. Para fins do art. 149 §2, da lei da S.A., declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia. O presente termo é cópia fiel do original lavrado no livro próprio. São Paulo, 19 de outubro de 2020.

CARTÓRIO LOUREIRO

STHEFANNY CHRIS DA SILVA

CARTÓRIO LOUREIRO — DR. JOZIEL LOUREIRO — TABELIÃO E REGISTRADOR
REC AUTENTICA a(s)assinatura(s)
[redacted]-STHEFANNY CHRIS DA SILVA
ACS ( ) autenticado(s) da verdade Boa Vista, 21/10/2020
Emol 2,56 FUNDEJURR 0,26 FISC 0,13 FECON 0,13 ISS 0,13 Vlr Selo 3,21
Selo: REC FIR15834SNQ20C0KWUPJKRK26 Nº Ticket: 00138
Consulte Selo em: https://cidadao.portalselorr.com.br
CNF Selo gerante: 00054933212

Marjory C. C. Estrela Brigida
Escrevente Autorizada
Cartório Loureiro

6º BEC
FLS 81

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE S/A

A Empresa **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A**, inscrita no CNPJ nº. 26.004.848/0002-63, com sede na Rua Dom Aparecido José Dias, nº 3100, Casa 04, Sala 02, CEP: 69.339-899, declara, sob as penas da lei, que **SE ENQUADRA** nas condições de SOCIEDADE ANÔNIMA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Art. 1º A companhia ou sociedade anônima terá o capital dividido em ações, e a responsabilidade dos sócios ou acionistas será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

Boa vista/RR, 20 de setembro de 2023.

[redacted]

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

6º BEC
FLS 82

AO

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRIO

6º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

BATALHÃO SIMÓN BOLIVAR

PROCESSO Nº

DECLARAÇÕES

A empresa **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A,** inscrita no CNPJ nº 26.004.848/0002-63, com sede na Rua Rua Dom Aparecido José Dias, nº 3100, Casa 04, Sala 02, CEP: 69.339-899, Boa Vista – RR, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **Rodrigo Francisco Cardoso Pereira,** infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº [redacted]J e do CPF/MF nº [redacted] DECLARA, para fins do disposto que:

a) Tem total conhecimento e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos.

b) Cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Projeto Básico e ETP, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências estabelecidas;

c) Inexiste de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

d) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.o da Constituição Federal;

e) a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP no 2, de 16 de setembro de 2009.

6º BEC
FLS 83

f) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1o e no inciso III do art. 5o da Constituição Federal;

g) os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.

Boa vista/RR, 20 de setembro de 2023.

[redacted]

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A

FLS 84

MTQG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-82 - NIRE: 35.300.502.981
Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748 - Conj. 201 Sala 01 Bairro: Cidade Monções, São Paulo - SP, 04.571-000

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE	24.806.290,43	22.484.480,33
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.634.560,11	4.523.499,42
Caixa Geral	5.168,29	5.168,29
Bancos Conta Movimento	119.652,05	111.700,05
Aplicações Financeiras	2.509.739,77	4.406.631,08
CRÉDITOS DE ADIANTAMENTOS	15.156.746,77	11.579.528,74
Adiantamentos com Partes Não Relacionadas	15.156.746,77	11.579.528,74
CRÉDITOS A RECUPERAR	27.988,96	24.628,35
Impostos a recuperar	27.988,96	24.628,35
ESTOQUES	6.986.994,59	6.356.823,82
Estoques	6.986.994,59	6.356.823,82
ATIVO NÃO CIRCULANTE	481.917.797,76	481.899.046,32
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Créditos com Partes Relacionadas		
INVESTIMENTOS	32.211,93	13.460,49
Investimentos	32.211,93	13.460,49
IMOBILIZADO LÍQUIDO	5.231.724,74	5.231.724,74
Imobilizado	5.246.148,74	5.246.148,74
(-) Depreciação Acumulada	(14.424,00)	(14.424,00)
ATIVO INTANGÍVEL	476.653.861,09	476.653.861,09
Ativo Biológico	476.653.861,09	476.653.861,09
TOTAL DO ATIVO	506.724.088,19	504.383.526,65

[redacted]

BEC
FLS 85

MAHOGANY

MTGO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-82 - NIRE: 35.300.502.981
Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748 - Conj. 201 Sala 01 Bairro: Cidade Monções, São Paulo - SP, 04.571-000

ÍNDICES ECONÔMICOS E FINANCEIROS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Índice de Liquidez Corrente

31/12/2022

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar seus compromissos financeiros e dívidas a curto prazo. Portanto, quanto maior for o índice, melhor é a situação da empresa.

Índice da Empresa
31/12/2022
33,40

ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE = 24.806.290,43 / 742.809,07 = 33,40

Índice de Liquidez Seca

Objetivo

Medir a capacidade da empresa de pagamento das dívidas na hipotese extrema de não conseguir vender o seu estoque. Quanto maior for o índice, melhor.

Índice da Empresa
31/12/2022
23,99

ATIVO CIRCULANTE - ESTOQUES / PASSIVO CIRCULANTE = 17.819.235,84 / 742.809,07 = 23,99

Índice de Liquidez Geral

Objetivo

Medir a capacidade da empresa em saldar suas dívidas a curto e longo prazos com recursos disponíveis em seu ativo circulante e longo prazo. Mede também a habilidade de pagar. Quanto maior for o índice, melhor.

Índice da Empresa
31/12/2022
1,17

AT. CIRCULANTE + REAL. L.PRAZO / PAS. CIRCULANTE + EXIG. L.PRAZO = 24.806.290,43 / 21.206.759,00 = 1,17

Índice de Solvência Geral

Objetivo

Avaliar se os ativos totais são suficientes para saldar os compromissos financeiros da curto e longo prazo, empresa. Quanto maior, melhor.

Índice da Empresa
31/12/2022
2389,45%

ATIVO TOTAL / PAS. CIRCUL. + EXIG. L. PRAZO = 506.724.083,19 / 21.206.759,00 = 2389,45 %

[redacted]

BEC
FLS 86

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-82 - NIRE: 35.300.502.381

Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748 - Conj. 201 Sala 01 Bairro: Cidade Monções, São Paulo - SP, 04.571-000

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NAS CONTAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO INICIAL 01 DE JANEIRO DE 2022	-	476.653.861,09	2.411.157,78	479.065.018,87
Capital Social Subscrito	200.000,00	-		200.000,00
Capital a Integralizar	(200.000,00)	-		(200.000,00)
Ajuste de elementos Passivos	-	6.470.000,00		6.470.000,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(1.297,62)	(1.297,62)
Prejuízo do Exercício	-	-	(16.386,06)	(16.386,06)
SALDO FINAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	-	483.123.861,09	2.393.474,10	485.517.335,19

[redacted]

MAHOGANY

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-62 - NIRE: 35.300.502.981
Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748 - Conj. 201 Sala 01 Bairro: Cidade Monções, São Paulo - SP, 04.571-000

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE	742.809,07	3.104.213,80
FORNECEDORES	117.941,58	717.139,57
Fornecedores Nacionais	117.941,58	717.139,57
Emprestimos e Financiamentos	-	162.480,43
Consórcios a pagar	0,00	162.480,43
Financiamentos Capital de Giro	0,00	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS/SOCIAIS	219.233,46	274.524,43
Obrigações Sociais	31.613,31	66.272,19
Obrigações Fiscais	187.620,15	208.252,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES	405.634,03	1.950.069,37
Contas à pagar	-	0,00
Adiantamento de Clientes	405.634,03	6.404,40
Débitos com Partes não Relacionadas	-	1.943.664,97
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	20.463.943,93	22.214.293,98
OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	20.463.943,93	22.214.293,98
Outras Obrigações a Longo Prazo	20.463.943,93	22.214.293,98
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	485.517.335,19	479.065.018,87
Capital Social	200.000,00	200.000,00
(-) Capital a Integralizar	(200.000,00)	(200.000,00)
Ajuste Avaliação Patrimonial	483.123.861,09	476.653.861,09
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.892,47)	242.326,99
Lucros Acumulados	2.411.752,63	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	(16.386,06)	2.168.830,79
TOTAL DO PASSIVO (+) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	506.724.088,19	504.383.526,65

[redacted]

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CNPJ: 26.004.848/0001-82 - NIRE: 35.300.502.981
Endereço: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1748 - Conj. 201 Sala 01 Bairro: Cidade Monções, São Paulo SP, 04.571-000

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

6º BEC
FLS 88

DESCRIÇAO	31/12/2022
RECEITA BRUTA DE VENDAS	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	
(-) Administrativas	(5.004,49)
(-) Tributárias	(5.004,49)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	(5.004,49)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	
Receita Financeira	(11.381,57)
Despesa Financeira	
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	(11.381,57)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS S/LUCRO	(16.386,06)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(16.386,06)
(-) Provisão para Contribuição Social	
LUCRO/PREJUIZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(16.386,06)

[redacted]

BEC
FLS 89

Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Concordata e Falências, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CPF/CNPJ: 26.004.848/0002-63

OBSERVAÇÕES:
1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como princípio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa, informando o número de autenticidade abaixo.
6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois)anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 020184425152

Emitida gratuitamente pela internet em: 02/10/2023 as 10:34

Data da última atualização da base de dados: 25/08/2023 as 08:02

Válida até o dia: 01/12/2023

MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTO S/A

BEC
FLS 90

A empresa **MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A** com sede na Rua Dom Aparecido José Dias, nº 3100, Cidade Satélite, na cidade de Boa Vista – RR, inscrita no CNPJ. 26.004.848/0002-63, atesta para os devidos fins, que está no ramo de plantio florestal de espécies nativas e exóticas desde 2018, com um total de 2.056 hectares plantados. Assim também, como a produção de mudas de espécies exóticas e nativas, onde possui um viveiro florestal para produção de até 500 mil mudas.

Segue em anexo as licenças e documentos que comprovam as atividades da empresa, sendo eles: Licenças de Instalação, Certificado de Inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM e o Certificado de Reposição Florestal – CRF.

Atenciosamente,

[redacted]

Rua Dom Aparecido José Dias, 3100, Cidade Satélite
Boa Vista/RR – Brasil. Cep. 69.317-458
Tel/Fax. (+55)

6º BEC
FLS 91

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Superintendência Federal de Agricultura em Roraima
Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS - RENASEM

Processo Nº: 21048.000911/2018-06

Nome: MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS SA
CNPJ/CPF: 26.004.848/0002-63 Inscrição Estadual: 24[illegible]51
Endereço: RUA DOM APARECIDO JOSÉ DIAS, 3100
Bairro: CIDADE SATÉLETE
CEP: 693[illegible] BOA VISTA UF: RR

[redacted]

Atividade(s)
Produtor de Mudas

Espécie(s):

Código	Nome	Nome comum	Atividade	Área Atuação	Tipo
02800	Khaya senegalensis A. Juss.	Caoba	Produtor de Mudas		Unidade de propagação in vitro
06743	Khaya ivorensis A. Chev.	Mogno-africano	Produtor de Mudas		Unidade de propagação in vitro
00661	Acacia mangium Willd.	Acacia	Produtor de Mudas		Viveiro
00604	Euterpe oleracea Mart.	Açai	Produtor de Mudas		Viveiro
06000	Euterpe precatoria Mart.	Açai-da-mata	Produtor de Mudas		Viveiro
05720	Carapa guianensis Aubl.	Andiroba	Produtor de Mudas		Viveiro
05760	Centrolobium paraense Tul.	Araribá-rajado	Produtor de Mudas		Viveiro
05992	Theobroma cacao L.	Cacau	Produtor de Mudas		Viveiro
02800	Khaya senegalensis A. Juss.	Caoba	Produtor de Mudas		Viveiro
00277	Bertholletia excelsa H.B.K.	Castanheira do Brasil	Produtor de Mudas		Viveiro
02801	Toona ciliata M. Roem. var. australis	Cedro Australiano	Produtor de Mudas		Viveiro
05780	Cedrela fissilis Vell.	Cedro-vermelho	Produtor de Mudas		Viveiro
06070	Goupia glabra Aubl.	Cupiuba	Produtor de Mudas		Viveiro
00950	Theobroma grandiflorum (Willd. ex Spreng.) K. Schum.	Cupuacuzeiro	Produtor de Mudas		Viveiro
00079	Psidium guajava L.	Goiaba	Produtor de Mudas		Viveiro
06473	Tabebuia avellanedae Lorentz ex Griseb.	Ipê roxo	Produtor de Mudas		Viveiro

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS - RENASEM

BEC
FLS. 92

05473	Tabebuia velosoi Toledo	Ipê-amarelo-prúvo	Produtor de Mudas	Viveiro
05474	Tabebuia roseo-alba (Ridl.) Sand.	Ipê-branco	Produtor de Mudas	Viveiro
06277	Manilkara huberi (Ducke) Chevalier	Maçaranduba-da-terra-firme	Produtor de Mudas	Viveiro
05470	Swietenia macrophylla King	Mogno	Produtor de Mudas	Viveiro
06749	Khaya ivorensis A. Chev.	Mogno-africano	Produtor de Mudas	Viveiro
06911	Schizolobium parahyba var. amazonicum (Huber ex Ducke) Barneby	Paricá	Produtor de Mudas	Viveiro
05565	Aniba rosaeodora Ducke	Pau-rosa	Produtor de Mudas	Viveiro
05772	Cedrela odontandra (L.) Goerd.	Samaúma-barriguda	Produtor de Mudas	Viveiro

Responsável Técnico

[redacted]

Boa Vista/RR, 26 de maio de 2022

SEBASTIÃO APOLINÁRIO SANTANA

[redacted]

GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

femarh

6º SEC
FLS 93

CERTIFICADO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL

CRF N.º 001/19/DLA

A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Estadual n.º 001, Art.46, Inciso III e Art.02 de 28 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada nº. 04 de 16 de janeiro de 2003 e da Lei Estadual nº. 815 de 07 de Julho de 2011, de acordo com o Sistema de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras, instituído através da Lei Complementar nº. 007 de 26 de Agosto de 1994, concede a presente CERTIFICADO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL referente ao Processo Nº 001385/18-01, Parecer Técnico Nº 017.19 registrada na FEMARH sob o código G-03-02 ao Empreendedor.

NOME: MTGG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A
CPF/CNPJ: 26.004.848/0002-63
ENDEREÇO: RUA DOM APARECIDO JOSÉ DIAS, Nº 3100, BAIRRO: CIDADE SATÉLITE
MUNICÍPIO: BOA VISTA – RR
ATIVIDADE: CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA ÁREA DE 126,3346 HECTARES DE FLORESTAMENTO COM MOGNO AFRICANO COM 18.950,19 M³ DE CREDITOS DE REPOSIÇÃO FLORESTAL.
Endereço do Empreendimento: FAZENDA RECREIO, CIDADE SATELITE, MUNICÍPIO DE BOA VISTA / RR

VALIDADE: 08/02/2020

Esta licença é valida somente para a atividade supracitada dentro do período de validade e observando as condições deste documento e seus anexos que embora não transcritos, são partes integrantes do mesmo.

Qualquer alteração deverá ser comunicada imediatamente à FEMARH-RR.

Boa Vista /RR, 08/02/2019.

[redacted]

ARH
– RR
6-040
-9190

GOVERNO DE RORAIMA

6º BEC
FLS 94

CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA

1 A licença deve ser fixada em um local de fácil visibilidade pelos Órgãos Fiscalizadores.
2 Que sejam cumpridas todas as ações descritas nas medidas mitigadoras constantes no PCA;
3 Entrar com pedido de renovação desta licença 120 dias antes do vencimento, Qualquer alteração no projeto deverá ser informada preliminarmente a Femarh; Cópia da publicação desta Licença em jornal de grande circulação.

Que seja cumprindo o que consta no Projeto de Levantamento Georreferenciado; Que seja atendido o item IV - das Recomendações do Parecer Técnico nº. 072/19; Que seja cumprida as determinações contidas no TAC nº 01/2015 e 002/17 da FEMARH; Sempre que julgar necessário a FEMARH solicitara estudos ambientais aplicáveis ao processo de Reposição Florestal, ou informações complementares, tais como: imagens de satélite e etc. Esta Licença não da direito ao Empreendedor de realizar a retirada de quaisquer formas de vegetação para implantação do Projeto, que o mesmo se regularize junto ao Orgão Competente. Caso ocorra algum imprevisto comunicar imediatamente a DLGA/FEMARH.

Este Certificado concede 18.950,19 m³ de créditos de Reposição Florestal, que visa atender a demanda de consumidores de matéria-prima florestal, conforme o processo nº. 001385/18-01 o Parecer Técnico nº. 072/19 (DCF) Parecer Jurídico 069/19

DOCUMENTOS ANEXOS

Os Constantes do Processo Nº: 001385/18-01 / Parecer Técnico Nº: 072/19 / Laudo de Vistoria Nº: 036/19 / Parecer Jurídico Nº: 069/19

Taxa: 2.368,77

TAXA DE VISTORIA 50,00

RESPONSÁVEL TÉC [redacted]

GOVERNO DE RORAIMA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

FLS 95 FEMARH

LICENÇA DE INSTALAÇÃO(LI)

Nº 00024-01/2023/DIFLOR/PRES

A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hidricos de Roraima, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Estadual n.º 001 Art.46, Inciso III e Art.02 de 26 de janeiro de 1991, e regulamentada pela Lei Delegada nº. 04 de 16 de janeiro de 2003 e da Lei Estadual nº. 815 de 07 de Julho de 2011, de acordo a IN Nº 3/2002, capitulo I, IN Nº 04/2020/PRESIDÊNCIA/FEMARH/RR, art. 11, III, § 1º e Lei Nº 12.651/2012 arts. 26 a 28 concede a presente LICENÇA DE INSTALAÇÃO referente ao Processo Nº PR-00027-01/2021, Parecer Técnico Nº PAR-00281-01/2022, registrada na FEMARH sob código G-03-02, ao Empreendedor:

NOME: MMS Participações e Empreendimentos LTDA
CPF/CNPJ: 25.235.761/0001-56
ENDEREÇO: Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1758 conj. 201 sala 2 Cidade Monções
MUNICÍPIO: São Paulo - SP

ATIVIDADE: Silvicultura

ÁREA LICENCIADA: 371,8300 Ha

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO: PROSPERA 1 , VIC 04, APIAU , VIC 04 , ZONA RURAL , Mucajai - RR

VALIDADE: 01/03/2028

Esta licença é válida somente para a atividade supracitada dentro do período de validade e observada às condições deste documento e seus anexos que embora não transcritos, são partes integrantes do mesmo.

Qualquer alteração devera ser comunicada imediatamente à FEMARH-RR.

Boa Vista (RR),01 de março de 2023

GLICERIO MARCOS FERNANDES PEREIRA
PRESIDENTE Documento assinado eletronicamente às 01/03/2023 as 11:45:06

SHIRLANY RIBEIRO DE MELO
DIRETOR(A) DE GESTÃO FLORESTAL Documento assinado eletronicamente às 01/03/2023 as 11:45:06

*Esse documento pode ser validado em https://licenciaja.femarh.rr.gov.br/licenciaja/valida
PORT. nº 916/2017/PRESIDÊNCIA/FEMARH-RR

65AE60BC38AF0E37600733EB52211A7B7629325BDFAA5E6A8F3D5C1EE328A5DB

FEMARH
Avenida Ville Roy, 4935 São Pedro - Boa Vista - RR
CEP 69.306-840
TELEFAX: 095 2121-9190

6º BEC
FLS 97

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/09/2023 15:44:18

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A**
CNPJ: **26.004.848/0001-82**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

BEC
FLS 98

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

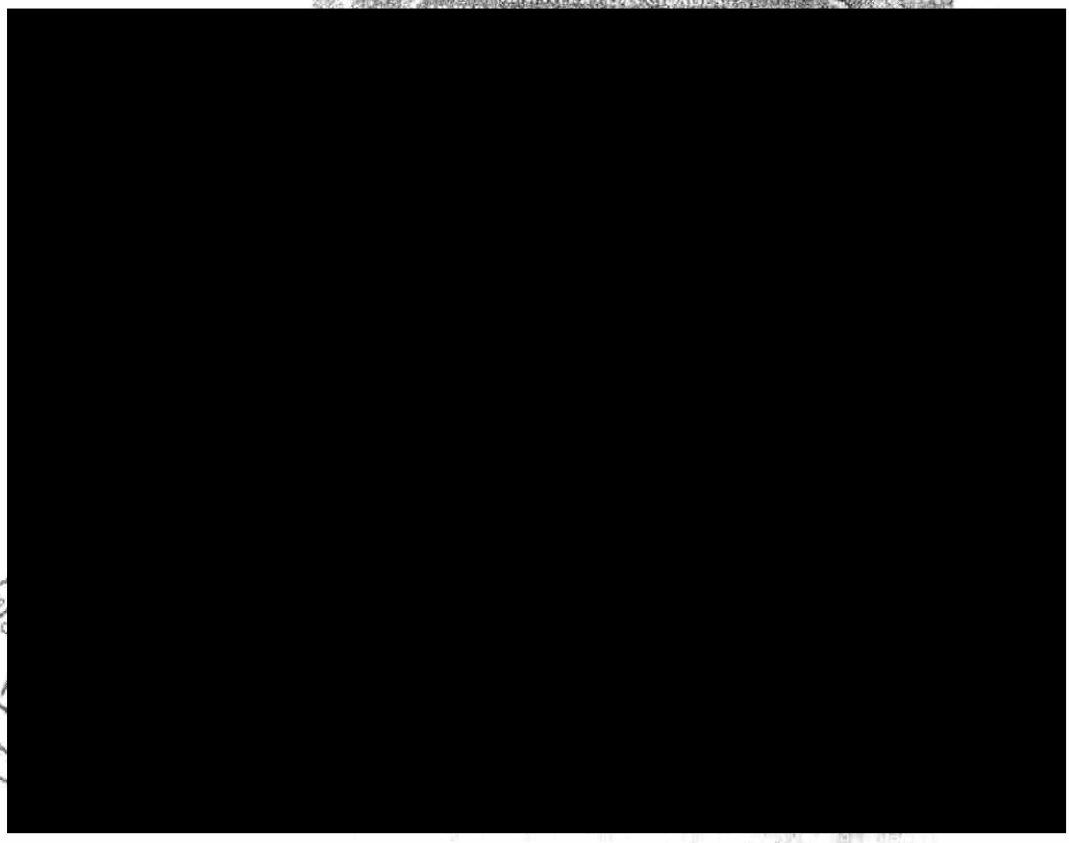
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 26.004.848/0001-82
Certidão nº: 51719740/2023
Expedição: 26/09/2023, às 15:45:28
Validade: 24/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MTGG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.004.848/0001-82, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES



OK
BEC
FLS 99



6º SEC
FLS 100

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 31561268/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA

OU

CPF [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 10:53:48 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31561268

Código de Validação: D719 01D8 C1C6 B0A7 945A 5A2B 3174 2679

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 101

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 31561399/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA

OU

CPF n. [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 10:56:25 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31561399

Código de Validação: 7CED 52F7 FEA7 A966 DE95 20D8 E462 341C

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º SEC
FLS 102

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS 31561821/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS com potencial de gerar inelegibilidade contra:

RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA

OU

CPF n. [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:03:58 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31561821

Código de Validação: BB52 8EE0 EB6A 9A9A 45B5 966C 9864 6FF7

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 103

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
96685094

Certificamos que contra

Nome: **RODRIGO FRANCISCO CARDOSO PEREIRA**

CPF: [redacted]

Data de Nascimento: **07/10/1976**

Nome da mãe: **NELMA CARDOSO PEREIRA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 03/10/2023 às 11:10:35 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

[redacted]

SEC
FLS 164
OK



6º BEC
FLS 165

Certidão de Distribuição de Ação Cível

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Cível, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: MARCELLO GUIMARÃES MACHADO FREIRE
CPF/CNPJ: [redacted]

OBSERVAÇÕES:
1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como principio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa, informando o número de autenticidade abaixo.
6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois)anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 019978782640
Emitida gratuitamente pela internet em: 02/10/2023 as 16:36
Data da última atualização da base de dados: 25/08/2023 as 08:02
Válida até o dia: 01/12/2023

6º BEC
FLS 406

Certidão de Distribuição de Ação Criminal

(Primeira e Segunda Instâncias)

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima CERTIFICA que, revendo os registros de Certidão de Distribuição de Ação Criminal, nas comarcas deste Estado, até a presente data, NADA CONSTA contra:

NOME: MA[redacted]MACHADO FREIRE
CPF/CNPJ: [redacted]

OBSERVAÇÕES:
1) Certidão expedida gratuitamente, através da Internet, com base na Portaria Presidencial nº 493, do dia 09 de abril de 2014;
2) A informação do NOME e CNPJ/CPF acima são de responsabilidades do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
3) A pessoa ou entidade requisitante da certidão é quem está apta a responder se esta é ou não adequada à finalidade a que se destina;
4) As pessoas ou entidades recebedoras da certidão on-line, deverão como principio de cautela, não admitir outra página de validação que não seja a do Tribunal de Justiça de Roraima, e, ainda, verificar se os documentos pessoais do portador da certidão condizem com os dados nesta informados;
5) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no website do TJ-RR, pelo endereço http://www.tjrr.jus.br/index.php/certidao-negativa, informando o número de autenticidade abaixo.
6) A autenticação poderá ser efetivada, no máximo, até 2 (dois)anos após a sua expedição.

Número de Autenticidade: 013681512067
Emitida gratuitamente pela internet em: 02/10/2023 as 16:38
Data da última atualização da base de dados: 25/08/2023 as 08:02
Válida até o dia: 01/12/2023

6º SEC
FLS 107

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS 31561903/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS com potencial de gerar inelegibilidade contra:

MARCELLO GUIMARAES MACHADO FREIRE

OU

CPF [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:05:51 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão:	31561903
Código de Validação:	BABE 0D32 4DC5 FF67 03D3 47F5 769B 2C09
Data da Atualização:	02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 108

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
96685265

Certificamos que contra

Nome: **MARCELLO GUIMARÃES MACHADO FREIRE**

C[redacted]

Data de Nascimento: **17/12/1966**

Nome da mãe: **MARILIA GUIMARÃES FREIRE**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 02/10/2023 às 17:25:19 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

TSE
FLS 109

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .



Certidão emitida às 17:47 em 02/10/2023

Res.-TSE nº 21.823/2004:
O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.
A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

AH52.TLMZ.GQQ1.RØ4T

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

[redacted]

EDUARDO<<GUIMAR<<MACHADO<FREIRE

SEC
FLS 111

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 31563155/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

EDUARDO GUIMARAES MACHADO FREIRE

OU

CPF n [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:32:45 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563155

Código de Validação: 9C95 D971 67CC 9A06 D8D7 B667 3CAF E7BF

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 112

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 31563226/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

EDUARDO GUIMARAES MACHADO FREIRE

OU

[redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:34:10 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563226

Código de Validação: 9AFC BCEE C162 8045 D9F4 3110 8FAA 85D3

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º SEC
FLS 113

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS 31563274/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS com potencial de gerar inelegibilidade contra:

EDUARDO GUIMARAES MACHADO FREIRE

OU

CP [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:35:01 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563274

Código de Validação: 92A8 CC0D F3F1 2B5E EB72 0098 60EA 4045

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 114

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
96659219

Certificamos que contra

Nome: **EDUARDO GUIMARAES MACHADO FREIRE**

[redacted]

Data de Nasciment[redacted]

Nome da mãe: **MARILIA GUIMARÃES FREIRE**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 03/10/2023 às 11:36:48 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



6ª SEC
FLS 116

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 31563448/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

STHEFANNY CHRIS DA SILVA

OU

C[redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:38:40 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563448

Código de Validação: 9327 6386 A44C 0233 0A1E CDD0 D40B B946

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6ª SEC
FLS 117

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 31563495/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

STHEFANNY CHRIS DA SILVA

OU

CPF [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:39:40 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563495

Código de Validação: 2A87 72FF FA3F 3908 A97F FCBC FCC7 3328

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

6º BEC
FLS 118

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL PARA FINS ELEITORAIS 31563536/2023

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS com potencial de gerar inelegibilidade contra:

STHEFANNY CHRIS DA SILVA

OU [redacted]

CPF n. [redacted]

Certidão emitida em 03/10/2023, às 11:40:19 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Roraima. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região e Juris) até 02/10/2023, às 08:17:02;
Seção Judiciária: Roraima (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual e Processual) até 02/10/2023, às 08:17:02.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 31563536

Código de Validação: 62B4 F2A2 870D 1E82 D844 6E64 EEF8 4A83

Data da Atualização: 02/10/2023, às 08:17:02

03/10/2023

6º BEC
FLS 119

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
96612032

Certificamos que contra

Nome: **STHEFANNY CHRIS DA SILVA**

[redacted]

Data de Nascimento: [redacted]

Nome da mãe: **MARIA CRISTINA DA SILVA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 03/10/2023 às 11:43:01 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

